

A COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA PARA DEMOCRATIZAR A CIDADE

PROJETO DE MELHORIA DAS CAPACIDADES
DE AUTORIDADES LOCAIS DE BRASIL E MOÇAMBIQUE
COMO ACTORES DA COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA





Os membros da Cidades e Governos Locais Unidos – CGLU estão comprometidos com a cooperação descentralizada e têm uma longa história de solidariedade, de apoio e aprendizagem entre governos locais e regionais do mundo. Os membros de CGLU estão presentes em todas as regiões do mundo, organizados em sete seções regionais, uma seção metropolitana e um Fórum de Regiões. Contando com a associação de mais de 170 membros de Governos Locais, CGLU representa mais de 240.000 cidades e municípios, governos locais e regionais. Com o projeto Futuro da Cidade (City Future), iniciado em 2007 com o apoio do Ministério da Noruega e da Aliança das Cidades (Cities Alliance), CGLU vem abrindo oportunidades para o desenvolvimento de intercâmbios Sul-Sul e triangulares entre pares, que têm se tornado mais fortes ao longo dos anos.

Este projeto tem impacto particularmente sobre a cooperação entre cidades brasileiras e moçambicanas. CGLU, a ANAMM (Associação Nacional das Autoridades Locais de Moçambique) e a Frente Nacional de Prefeitos do Brasil (FNP) vêm desenvolvendo várias iniciativas por meio da coordenação política entre municípios, identificando as necessidades significativas da cooperação. No âmbito dos organismos acima referidos, foram assinados acordos para a coordenação do projeto, que também recebeu apoio logístico e técnico de nossos parceiros: Arquitetos Sem Fronteiras – Catalunha (ASF-Cat) e Cátedra UNESCO da Universidade de Lleida – rede de cidades intermédias (CIMES). O projeto foi financiado pela União Europeia, pelo governo da Noruega, a Aliança das Cidades (Cities Alliance) e a Agência de Cooperação da cidade de Barcelona.



ÍNDICE

01

PÁGINA 4
PREFÁCIO

02

PÁGINA 6
INTRODUÇÃO

03

PÁGINA 8
ANTECEDENTES E IDEIA GERAL DO PROJETO

- Função e interesse de cada parceiro
- Metodologia de cooperação cidade a cidade

04

PÁGINA 14
CONTEXTO

- Contexto político, institucional e legal dos países
- Análise territorial e da gestão urbana
- Políticas urbanas em cidades intermediárias moçambicanas: análise de IDH a escala local

05

PÁGINA 28
ENFOQUE TEMÁTICO DO PROJETO

- Política de gestão territorial
- Cadastro Inclusivo ou Multifinalitário como instrumento de gestão e controle territorial
- A gestão e os orçamentos participativos

06

PÁGINA 36
AVALIAÇÃO DE RESULTADOS E PERSPECTIVAS DO PROJETO - MATOLA MARÇO 2015

- Processos e Resultados das Parcerias

07

PÁGINA 54
CONCLUSÕES E IMPACTO

- Conclusões de valoração dos instrumentos aplicados
- Análise e avaliação do Programa por fontes externas

08

PÁGINA 62
PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

09

PÁGINA 65
POSFÁCIO

PÁGINA 66
AGRADECIMENTOS E COLABORADORES

PÁGINA 70
REFERÊNCIAS

PREFÁCIO

O papel que as desempenham em países com mercados emergentes não deve ser subestimado. Na luta contra o problema social da pobreza e no trabalho rumo à urbanização sustentável, cidades brasileiras e moçambicanas têm se comprometido significativamente em enfrentar os desafios globais, muitas vezes empregando iniciativas bem-sucedidas.

Nós, como prefeitos dessas cidades, temos responsabilidades e desafios globais e, dessa forma, devemos administrar e facilitar o desenvolvimento urbano de forma acelerada e decisiva. No entanto, também temos de priorizar o dever administrativo de responder à população que, nos processos democráticos, confia naqueles em quem elegem a tarefa de melhorar a economia e uso do espaço em suas cidades.

Para otimizar o processo de aprendizagem, líderes locais, políticos e técnicos devem implementar soluções baseadas em experiências nas quais foram superados obstáculos significativos e que contribuem para a criação de um mundo melhor. Portanto, são buscadas redes (*networks*) onde a democracia e o Direito à Cidade não são apenas conceitos teóricos, mas sim intercâmbios de iniciativas práticas que podem ser aplicadas em uma base diária.

A Cooperação Internacional Descentralizada Brasil - Moçambique é um projeto concebido para promover a consolidação das Autoridades

Locais, para melhorar as suas capacidades institucionais e auxiliar-las a trabalhar como atores na cooperação internacional. Avanços na gestão do desenvolvimento local em termos de governança eficaz, sustentabilidade e participação para a extensão do direito dos cidadãos à cidade nestes países são também abrangidos pelo escopo dessa cooperação.

Nos unimos a CGLU porque compartilhamos a convicção de que Governos Locais são os principais atores para uma urbanização sustentável, e nós precisamos garantir que as capacidades das nossas cidades e comunidades se desenvolvam para enfrentar novos desafios. Estamos convencidos de que as experiências e *know-how* acumulado nos trabalhos de parceria (*peer to peer*) não só beneficiam nossas cidades e associações diretamente envolvidas, mas pode de fato proporcionar contribuições úteis para as nossas visões globais e provocar mudanças nas políticas globais.

Marcio Lacerda
Presidente da FNP e Prefeito de Belo Horizonte

Tagir Carimo
Presidente da ANAMM e Prefeito da Cidade de Pemba



A promoção da democracia local e da solidariedade está no coração das atividades promovidas por CGLU e estava desde o início desde o início no movimento centenário que deu origem à organização mundial.

As atividades promovidas pela CGLU e nossos membros respondem a experiências práticas sobre como o fortalecimento do governo local em qualquer país também fortalece a nação inteira e a comunidade mundial, garantindo políticas públicas mais eficazes e democráticas.

As Cooperações Internacionais Municipais e Descentralizadas, as parcerias, a geminação (*twinning*), a diplomacia internacional de governos locais, ligações cidade-irmã (*sister city links*), e a assistência mútua por meio de programas de capacitação e aprendizagem entre pares (*peer to peer*) são grandes contribuições para um mundo pacífico e sustentavelmente desenvolvido.

Dentre os muitos resultados alcançados, devem ser destacados os seguintes resultados das atividades desenvolvidas no âmbito deste programa:

- Maior diálogo entre as diferentes esferas e atores de governos, como prefeitos, vereadores e membros do parlamento ao redor de uma democratização reforçada e uma governança inclusiva;
- Melhoria das habilidades dos gestores e da administração da cidade na utilização de ferramentas de gestão urbana (Orçamento Participativo; Cadastro Inclusivo; gestão terri-

torial, social e fiscal; e Planejamento Urbano);

- Estabelecimento de mecanismos participativos para a definição de prioridades, e a criação de uma rede de aprendizagem em parceria.

As cooperações Sul-Sul e Triangular são muito enriquecedoras. Nós temos aprendido muito, permitindo que membros de contextos tão diferentes possam cooperar. Como adotamos a Nova Agenda de Desenvolvimento, a experiência de nossos membros será fundamental para alcançar os objetivos ambiciosos que a comunidade internacional fixou.

Com base nas experiências positivas acumuladas pelos nossos membros e parceiros neste domínio, CGLU vai continuar a oferecer um porto seguro, onde novas ideias e metodologias podem ser testadas; onde os círculos de aprendizagem de temáticas específicas e comunidades de prática são desenvolvidos abordando as prioridades e interesses concretos de seus membros.

Esperamos que esta publicação possa servir de inspiração para as possibilidades que se abrem quando a solidariedade entre parceiros, a vontade política e a experiência são combinados.

Todas e todos os parceiros, membros e gestores por seu imenso compromisso com a democracia local através do apoio a este projeto.

Josep Roig
Secretario Geral de CGLU

01

INTRODUÇÃO

É IMPORTANTE RECONHECER AS CIDADES COMO ATORES DO DESENVOLVIMENTO A NÍVEL NACIONAL E INTERNACIONAL, ATRAVÉS DA COOPERAÇÃO SUL-SUL E TRIANGULAR.

Em um cenário marcado pela reconfiguração das relações internacionais, o Brasil apostou na formação de coalizões, na busca de novos mercados e no fortalecimento de suas relações políticas e econômicas com o desenvolvimento ou reforço de novas parcerias estratégicas.

Com outro olhar a respeito da cooperação, o país se voltou para a formação de uma ampla agenda de cooperação técnica, científica e tecnológica com 37 países africanos. No plano global, o governo do presidente Lula priorizou o multilateralismo, o desenvolvimento de uma política comercial mais afirmativa e parcerias diversificadas no âmbito Sul-Sul com países semi-periféricos grandes (África do Sul, China, Índia).

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), entre 2005 e 2009, o governo federal investiu R\$ 3,2 bilhões em projetos de cooperação internacional para o desenvolvimento em suas diversas modalidades: assistência humanitária, científico-tecnológica, econômica, educacional e técnica.



No caso de Moçambique, no nível local, nas Cidades e Vilas, foram criados os **Conselhos Executivos**, num contexto marcado pela escassez de recursos humanos, financeiros e materiais e por um êxodo rural sem precedentes ditado pela guerra, o qual pressionou e moldou o tecido urbano na totalidade dos centros urbanos e aglomerados humanos. Todos estes fatores resultaram em cidades altamente populosas e com grandes carências econômicas, sociais e de planejamento.

No quadro dos arranjos cooperativos empreendidos pelo Brasil com os países africanos, ressalta-se a atuação do país junto à Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), que tem se caracterizado pelo fortalecimento da estrutura institucional da organização e pela promoção de conhecimento técnico em setores estratégicos aos outros membros do grupo. Em 2006, o Brasil passou a ser representado por uma Delegação Permanente e patrocinou a Resolução, adotada em 2008, sobre o “Reforço da Sociedade Civil da CPLP”. Em oito anos, a Comunidade passou a contar com reuniões periódicas para discussão das principais áreas de Administração Pública dos oito países membros. Entre as principais áreas de troca de conhecimento estão: gestão de recursos humanos, telecomunicações, cooperação eleitoral, segurança alimentar, saúde pública, gestão administrativa, governo eletrônico e educação ambiental.

Para complementar estas ações, voltadas para o desenvolvimento conjunto de países com economia emergente, a Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), a Associação de Municípios de Moçambique (ANAMM) e a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) criaram e coordenaram a Cooperação Internacional Descentralizada Brasil – Moçambique. Arquitetos Sem Fronteiras – Catalunha (ASF-Cat) e a Cátedra UNESCO – Rede de Cidades Intermédias (CIMES) da Universidade de Lleida responderam com apoio logístico



O PROJETO, TEVE COMO FINALIDADE MELHORAR A GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL, SOB A ÓTICA DE BOA GOVERNANÇA, SUSTENTABILIDADE E PARTICIPAÇÃO PARA A EXTENSÃO DO DIREITO À CIDADE DA POPULAÇÃO DOS PAÍSES.

e a interface entre as cidades. O financiamento do projeto ficou a cargo da União Europeia, o governo de Noruega, a Aliança das Cidades e a Agência de Cooperação da cidade Barcelona.

A ideia do projeto é a união dos atores mediante a cooperação triangular. A Cooperação Descentralizada tem se desenvolvido com o apoio das cidades participantes e da União Europeia (UE) durante muitos anos com bons resultados. A inovação da Cooperação Sul-Sul nesta experiência é a empatia, conhecimento e compreensão que as cidades brasileiras trazem, o que agrupa ainda mais valor a esta experiência. Juntamente com a experiência e expertise das cidades brasileiras, o apoio Europeu e a liderança Moçambicana, que tem sido uma beneficiária muito articulada, a parceria tornou-se muito atrativa e relevante.

O projeto, iniciado em janeiro de 2013 e finalizado em junho de 2015, teve como finalidade melhorar a gestão do desenvolvimento local, sob a ótica de boa governança, sustentabilidade e

participação para a extensão do direito à cidade da população dos países. Além disso, a cooperação visou melhorar as capacidades institucionais de gestão do desenvolvimento das Autoridades Locais, consolidando-as como agentes de desenvolvimento a nível local e como atores de nível nacional e internacional no âmbito da cooperação descentralizada Sul-Sul.

Ainda tendo em vista a pertinência do projeto, há que se registrar o processo de descentralização e implementação de políticas e instrumentos municipais de gestão urbana praticado em Moçambique. Embora possuam métodos similares aos brasileiros, por serem recentes, as municipalidades no país africano ainda são limitadas em suas capacidades jurídicas, financeiras e técnicas na redução da pobreza e na geração de empregos e renda. Sendo assim, mesmo com as naturais e esperadas diferenças entre as políticas brasileiras e moçambicanas, existem pontos chaves similares entre elas que resultaram em uma cooperação benéfica para ambas as partes envolvidas.

02

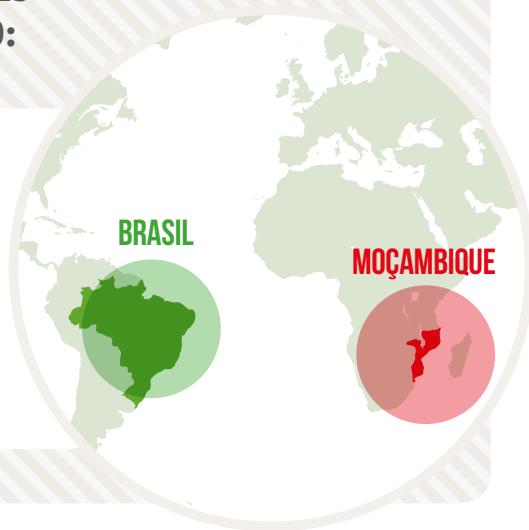
ANTECEDENTES E IDEIA GERAL DO PROJETO



A PROPOSTA À COMISSÃO EUROPEIA FOI CONSTRUÍDA COM BASE NAS EXPERIÊNCIAS DO PROJETO CITY FUTURE, QUE FOI FINANCIADO PELO GOVERNO DA NORUEGA E PELA ALIANÇA DE CIDADES DESDE 2010.

A TEMPORIZAÇÃO E O FOCO DO CITY FUTURE NO BRASIL E EM MOÇAMBIQUE, BEM COMO AS CIDADES INTERMEDIÁRIAS PARTICIPANTES TEM PERMITIDO:

- ➡ Aproveitar o projeto CITYFUTURE III para co-financiar a proposta do projeto pela UE.
- ➡ Explorar a relevância dos temas de cooperação na área de planejamento estratégico e intercâmbio com parceiros de desenvolvimento e algumas das cidades interessadas.
- ➡ Manter o ritmo entre proposta, aplicação, aprovação e lançamento.



Antes do lançamento oficial do projeto em fevereiro de 2013, várias missões e oficinas internacionais foram realizadas no Brasil e Moçambique, onde CGLU e CGLU-África, junto com as associações ANAMM e FNP, discutiram os temas do projeto e identificaram a relevância da troca de conhecimento entre as cidades de ambos os países. Uma seleção preliminar das cidades foi proposta pelas associações de acordo com o interesse manifestado pelas cidades em continuar ou iniciar um processo de cooperação descentralizada.

Os resultados foram obtidos, e os objetivos de trabalho em várias das cidades abordadas em colaborações anteriores

foram alcançados. Maputo iniciou uma agenda de aprendizagem em um evento da CGLU sobre gestão urbana e mercados que envolveu cidades brasileiras como Porto Alegre, Belo Horizonte e Durban, assim como onze cidades moçambicanas. A oferta de algumas cidades para liderar e ampliar oportunidades para outras cidades nacionais em Moçambique, particularmente nas cidades de Maputo, Nampula e Dondo, aumentou a dinâmica e o impacto sobre a capacidade e a titularidade dos municípios. Durante o ano de 2012, surgiram e continuaram experiências de colaboração internacional bilaterais entre algumas das cidades associadas (Xai-Xai e Vitória, Inhambane e Porto Alegre, Maputo com Belo

Horizonte e Durban, África do assim como Paulista e Lichinga).

Além disso, prevendo uma colaboração mais ampla em Moçambique desde 2011, a CGLU, ASF e a Cátedra UNESCO aplicaram a metodologia de “plano base” de mapeamento básico com resultados positivos nas cidades de Lichinga e Manhiça, com a colaboração de agentes municipais locais. Baseando-se neste contexto e no interesse das cidades em continuar os processos de troca iniciados anteriormente com seus “parceiros”, as autoridades locais definiram as áreas de colaboração e o apoio das parcerias no âmbito do Projeto através das associações.

FUNÇÃO E INTERESSE DE CADA PARCEIRO

A parceria da rede **CIMES** (Rede de Cidades Intermediárias) com a CGLU começou em 2010, principalmente por causa do interesse mútuo na abordagem da **Comissão CGLU de Planejamento Urbano Estratégico**, bem como a rede CIMES. A parceria voluntária ajudou a promover a agenda sobre cidades intermediárias e instrumentos de planejamento, mas tinha seus recursos limitados.

Através da CIMES, a ONG **Arquitetos Sem Fronteiras** tornou-se interessada em CGLU e vice-versa. A ASF poderia fornecer técnicas e gerenciamento de suporte para o projeto. Visões complementares foram identificadas para trabalhar em Moçambique e a ASF

envolveu-se e apoiou o processo de aplicação pela UE.

A **associação ANAMM** de Moçambique foi identificada como parceiro-chave e beneficiário no projeto CityFuture, já que está exclusivamente posicionada como catalisadora da cooperação para o desenvolvimento e das autoridades locais e há anos advoga para abranger todas as cidades e melhorar a ponte entre Maputo e o resto das cidades de Moçambique, além de já cooperar há algum tempo com a Aliança de Cidades. A Associação nominou as cidades beneficiárias, usando os critérios que envolvem as cidades e vilas de todos os tamanhos e de diferentes regiões do país.



A **associação FNP (Frente Nacional de Prefeitos)** colabora com a Comissão CGLU de Planejamento Urbano Estratégico desde um evento de formação em Durban – África do Sul, do qual diversas cidades brasileiras participaram. A FNP tinha muito interesse no desenvolvimento da cooperação internacional, assim como o Brasil, que também vinha financiando tais projetos. Assim, a FNP convocou seus membros mais ativos, envolvendo entidades existentes como FONARI, o seu Escritório Executivo e líderes políticos ativos na associação para motivar cidades brasileiras a cooperar com as cidades de Moçambique.

Uma metodologia inovadora de cooperação descentralizada Sul-Sul, de cooperação cidade-cidade e associação-associação em articulação com diversos atores: ONG's, setor acadêmico , instituições relevantes



METODOLOGIA DE COOPERAÇÃO CIDADE-CIDADE

Um dos pontos fortes deste projeto é a forma com que todos os atores foram envolvidos. Políticos, técnicos e acadêmicos possuem diferentes interesses e pontos de partida de conhecimento, bem como diferentes capacidades de aperfeiçoamento.

Dessa forma, tais atores foram divididos em dois grupos principais de acordo com suas funções:

1. Facilitadores. Este grupo refere-se principalmente às Associações, Organizações e Academia: CGLU, ANAMM, FNP e ASF. As universidades também tiveram um papel neste grupo, auxiliando o trabalho de técnicos e incorporando o conhecimento adquirido em conceitos existentes.

2. Implementadores. Estes são oficiais dos municípios e políticos que se comprometeram com as parcerias.

Além de diálogos específicos entre técnicos ou políticos, este grupo trabalhou em equipe para que líderes técnicos tentassem compartilhar conhecimento e requerer aprovação de políticos, e vice versa.

Construir a equipe de suporte

Na fase introdutória, o primeiro grupo foi o principal alvo. As associações e parceiros dedicaram esforços e atenção para coletar informações básicas e motivar líderes municipais. Foi criada uma estrutura de suporte para assegurar comunicação permanente para a fase de implementação. Ademais, o papel das associações como promotores e facilitadores de cooperações descentralizadas foi revisado e abordado nesta fase. Desde um ponto de vista metodológico, focou-se na construção geral da equipe

e no estabelecimento de parâmetros de trabalho, bem como na capacitação, visando reduzir deficiências de desempenho.

Habilitar a aprendizagem cidade a cidade

Na fase de implementação que se iniciou depois do Seminário em Nampula em Agosto de 2013, as parcerias e pares de cidades foram confirmadas. Tais grupos assumiram a liderança na agenda e engajaram-se diretamente.

Assim como mostrado no caso de Nampula e sua parceria com Guarulhos, instrumentos de planejamento existem, mas todo o planejamento público está desatualizado e é percebido com impraticável, visto que nunca foi implementado. A parceria ajudou a Câmara Municipal a abordar todas as esferas de planejamento e construir coerência entre planejamento regional, municipal, de bairro ou de áreas especiais.



A metodologia de trabalho em pares (*peer learning*) ajudou a customizar recomendações para superar as dificuldades e desafios específicos de cada local. Técnicos brasileiros inspiraram auto-confiança não somente a seus pares, mas também as equipes de cidades.

METODOLOGIAS

01

Elaboração de diagnósticos e identificação de necessidades

02

Identificação de semelhanças e contrastes

03

Definição de prioridades e conhecimentos transferíveis

04

Concepção em conjunto do plano de trabalho, cronogramas, resultados e responsáveis

05

Intercâmbio de práticas e instrumentos de acordo com a temática

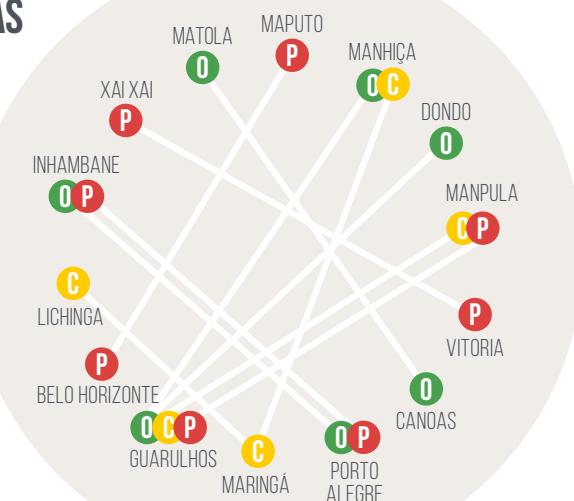
06

Avaliação dos resultados, conhecimento dos prazos e da eficácia das ferramentas de troca (reformulação/adequação)

DURANTE OS 2,5 ANOS DO PROJETO, FORAM IMPLEMENTADAS AS SEGUINTESEIS ETAPAS METODOLÓGICAS PARA A TROCA ENTRE PARES.

A metodologia de pares foi bem descrita por Rene Souza, técnico de Porto Alegre: “Eu visitei Inhambane depois de ter estado em contato com técnicos para monitorar resultados e preparar a missão. Uma vez alí, nós encontramos o prefeito por 10 minutos para informá-lo o que iríamos fazer. Então, nós trabalhamos junto com técnicos por dois ou três dias e confirmamos as tarefas, muitas vezes escrevendo-as como documentos oficiais. No fim, vamos encontrar o prefeito novamente, relatar de volta e pedir-lhe que assine o documento”.

DINÂMICAS



P

PLANEJAMENTO URBANO

O

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

C

CADASTRO INCLUSIVO



Ampliar a rede para aprendizagem em pares e compartilhar resultados

Houveram vários momentos de permuta. Como a linguagem às vezes é uma barreira limitante de envolvimento, os seminários maiores são uma oportunidade para compartilhar informações e fazer análises comparativas. As cidades do projeto participaram de um seminário sobre os desafios das cidades intermediárias e soluções na África em Kwadukuza em Junho de 2014, coordenado e co-financiado por cidades sul africanas e associações de cidades e regiões. Outra oportunidade foi fornecida no em Rabat, atraindo mais de 150 técnicos e políticos internacionais.

Além disso, reuniões bilaterais no Brasil foram de extrema importância para motivar líderes políticos e técnicos e desenvolver uma visão sobre para onde e o quanto longe seguir. Tais reuniões

foram preparadas e coordenadas por técnicos brasileiros, apoiados pela FNP, que anteriormente já tinha tido contato com a realidade em Moçambique. **Nestas visitas, delegações de Moçambique muitas vezes envolveram mais membros de sua equipe que os recursos do projeto poderiam cobrir. Nestas ocasiões, o país investiu de recursos próprios para a participação de políticos chave e outros atores públicos, como companhias nacionais de água e eletricidade.**

03

CONTEXTO



CONTEXTO POLÍTICO, INSTITUCIONAL E LEGAL DOS PAÍSES

BRASIL

A política de desenvolvimento urbano no Brasil teve seu início nas décadas de 60/70. Em 1963, o Seminário Nacional de Habitação e Reforma Urbana refletiu sobre as possibilidades para demarcar o crescimento das cidades (Ferreira, 2005).

Nestas décadas, houve um grande foco no planejamento urbano. Os Planos Diretores se multiplicavam, mas muitas vezes sem garantir um rumo adequado para o crescimento das cidades, o que intensificou as desigualdades econômicas entre as regiões do país.

Paralelamente, o Estado promovia a “urbanização privada”. Apesar de esta estratégia ter sido bem sucedida para as classes média e alta, manteve o resto dos cidadãos a margem da urbanidade, vivendo em condições precárias e vulneráveis em termos de habitação.

Como consequência da realidade descrita, as cidades foram expandindo-se caracterizadas pela concentração de infraestrutura e serviços em poucas áreas e por periferias densas, precárias e cada vez mais distantes. Do ponto de vista ambiental, de crescimento, de abertura de novas fronteiras, de “expulsão” permanente da população

mais pobre das áreas ocupadas pelo mercado, da tentativa de minimizar perdas territoriais para o mercado de solos por meio do controle da geografia natural, criou um modelo [de urbanização] insustentável (Rolnik e Klink, 2009).

A partir dos anos 1990, governos em todas as instâncias começam a investir em políticas de urbanização de assentamentos precários. Esse momento coincidiu também com os processos de redemocratização do país. O final dos anos 1980 e começo dos anos 1990 representaram no Brasil um período de intenso debate, no seio da sociedade civil, dos partidos e do governo ou dos governos municipais, regionais, etc. acerca do papel dos cidadãos das cidades, o que mais tarde resultou no **Movimento Nacional para a Reforma Urbana (MNRU)**¹.

No entanto, a regulamentação do capítulo de política urbana da Constituição levou 13 anos para ser elaborada. Durante este período, o FNRU manteve forte pressão ao Congresso, buscando a aprovação do projeto de Lei denominado **Estatuto da Cidade**. Em 2001 esse projeto se tornou uma Lei Federal.

O Estatuto da Cidade concretiza os princípios da gestão democrática e da função social das cidades, estabelecendo as diretrizes e instrumentos para o desenvolvimento da política urbana.

Os principais objetivos deste instrumento dizem respeito à inclusão territorial e redução das desigualdades territoriais urbanas presentes na maioria das cidades brasileiras. O Estatuto enfatiza o direito à habitação, aos serviços urbanos e ao acesso à terra urbana regularizada a todos os cidadãos. Para atingir estes objetivos, o Estatuto da Cidade fornece instrumentos que devem ser regulamentados e implementados a nível municipal.

OS PLANOS DIRETORES SE MULTIPLICAVAM, MAS SEM GARANTIR UM RUMO ADEQUADO PARA O CRESCIMENTO DAS CIDADES, O QUE INTENSIFICOU AS DESIGUALDADES ECONÔMICAS ENTRE AS REGIÕES DO PAÍS

¹ Para mais informações sobre o histórico do Movimento Nacional pela Reforma Urbana, consultar a publicação “O Estatuto da Cidade Comentado”, disponível em http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/PlanejamentoUrbano/EstatutoComentado_Portugues.pdf. Especificamente, o artigo de José Roberto Bassul, “Estatuto da cidade: a construção de uma lei”, traz contribuições históricas interessantes para melhor compreensão do movimento.

MOÇAMBIQUE

O processo de descentralização em Moçambique vem sendo implementado gradualmente desde a década de 1990 até o presente, quando foram criadas 53 autarquias, tendo como objetivo organizar a participação dos cidadãos na solução dos problemas da sua comunidade, promover o desenvolvimento local e aprofundar a consolidação da democracia.

Este processo compreende a existência de autarquias locais, designadas Municípios, onde estão inclusas cidades e vilas, como também Povoações, correspondentes às sedes dos postos administrativos ou Distritos.

O planejamento territorial no país vem sendo desenvolvido desde o período colonial, com reestruturações desde a independência nacional, para responder as prioridades do Estado Novo.

Dentro do período pós-independência, podemos demarcar dois períodos;

De 1975 até 1990, período socialista

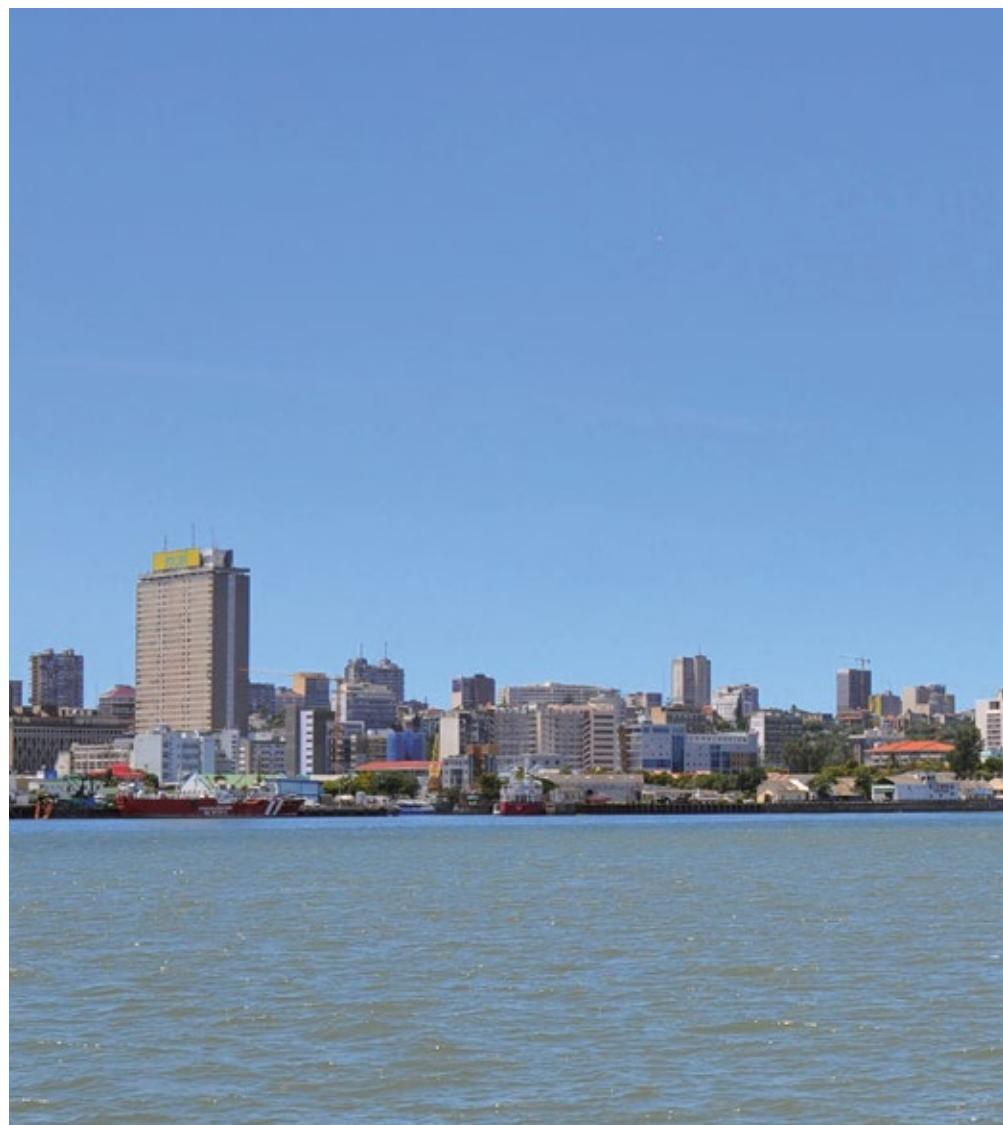
Após a independência em 1977, foi criada a **Direção Nacional de Habitação** (DNH) no **Ministério das Obras Públicas e Habitação** (MOPH), com funções de retomar as atividades do Gabinete para estudo das áreas suburbanas de Lourenço Marques, antigo nome da Cidade de Maputo.

De 1990 até o presente, período do multipartidarismo

Com a introdução do **Estado de Direito Democrático** pela Constituição de 1990, as instituições responsáveis pela gestão urbana sofreram mutações para se

adequarem ao momento político vigente, com realce para a adoção da descentralização do poder do Estado.

A partir de 1995, o **Instituto Nacional de Planejamento Físico** é extinto e suas funções são incorporadas ao **Ministério a Coordenação da Ação Ambiental** com a designação de



O PLANEJAMENTO TERRITORIAL NO PAÍS VEM SENDO DESENVOLVIDO DESDE O PERÍODO COLONIAL, COM REESTRUTURAÇÕES DESDE A INDEPENDÊNCIA NACIONAL

Direcção Nacional de Planeamento e Ordenamento Territorial, instituição que tutelava a atividade de planejamento físico no país até 2014. Atualmente, com o novo Governo, a estrutura governamental sofreu modificações, entre as quais ressalta-se a extinção do MICOA e a criação do **Ministério das Terras, Ambiente e Desenvolvimento Rural**, que ainda está em fase de consolidação da sua estrutura orgânica.

A nível local e à luz do Programa de Reforma dos Órgãos Locais do Estado, são criados os Conselhos

Municipais de Cidade, de Vila e de Povoação com funções de assegurar o desenvolvimento da atividade de planejamento urbanístico nestes locais. Até então, a atividade urbanística vinha sendo desenvolvida sem bases legalmente estabelecidas. Apenas em 2007 foi aprovada a Lei n.º 19/2007 de 18 de Julho, enquadrando a **Política e a Lei do Ordenamento Territorial em Moçambique**, seguindo-se o respectivo Regulamento em 2008 e outras peças complementares.

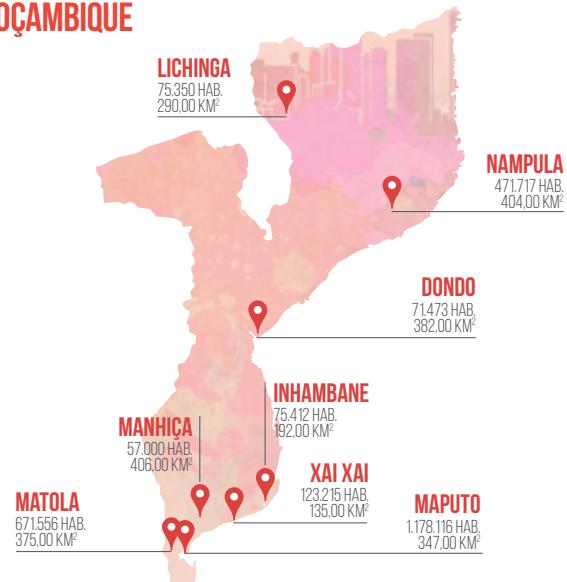


ANÁLISE TERRITORIAL E DE GESTÃO URBANA

BRASIL



MOÇAMBIQUE



Em ambos os casos, há uma fonte comum sob a forma urbana das cidades, mesmo que ambos os países tenham grandes diferenças institucionais e de recursos. O elemento comum é a auto construção do Habitat urbano e o que pode ser chamado de “cidade informal”. Em ambos os casos, os seus governos vem desenvolvendo novas políticas urbanas para a melhoria dos assentamentos humanos.

A presente seção visa apresentar uma análise territorial e de gestão urbana dos quatorze centros urbanos no âmbito deste projeto, seis no Brasil (Belo Horizonte, Canoas, Guarulhos, Maringá, Porto Alegre e Vitória) e oito em Moçambique (Dondo, Inhambane, Lichinga, Manhiça, Maputo, Matola, Nampula e Xai-Xai). As fontes principais dos dados utilizados foram os parceiros do projeto: a Associação Nacional de Municípios de Moçambique (ANNAM), Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e Arquitetos sem Fronteiras (ASF), assim como os governos municipais das cidades.

Rede urbana no Brasil e em Moçambique

A população urbana no Brasil é considerada 84% (IBGE, 2010).

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no estudo Regiões de Influência das Cidades (REGIC, 2007) definiu a hierarquia dos centros urbanos (5.570) e delimitou as regiões de influência a elas associadas, o que permitiu definir a articulação das redes no território.

A população urbana em Moçambique é estimada em 32% (INE, 2010), no entanto não existe uma única definição de “área urbana” em Moçambique, diferindo essencialmente na unidade espacial de análise e níveis de desenvolvimento econômico da área em apreciação. Para este estudo foi considerada a definição da lei 19/2007 de Ordenamento do Território, que define o solo urbano como “toda a área compreendida dentro do perímetro dos municípios, vilas e das povoações (sedes de postos administrativos e localidades), legalmente instituídas”, e o Decreto nº 60/2006 que aprova o Regulamento do Solo Urbano, o qual visa “regulamentar a Lei de Terras na parte que diz respeito ao regime de uso e aproveitamento da terra nas áreas de cidades e vilas legalmente existentes e nos assentamentos humanos ou aglomerados populacionais organizados por um plano de urbanização”.



85%**POPULAÇÃO URBANA**
(IBGE, 2010)**30/50%****INFORMALIDADE URBANA**
(Betânia Alfonsin, 2006)**1.17%****TAXA DE URBANIZAÇÃO ANUAL**
(World Fact Book, 2015)**1.500USD****GASTO MÉDIO ANUAL POR CIDADÃO****32%****POPULAÇÃO URBANA**
(INE, 2015)**75%****INFORMALIDADE URBANA**
(UN-Habitat 2007)**3.27%****TAXA DE URBANIZAÇÃO ANUAL**
(World Fact Book, 2015)**30,00USD*****GASTO MÉDIO ANUAL POR CIDADÃO**
(World Fact Book, 2015)

* cinquenta vezes menor que o que se gasta em Brasil



Tamanho dos centros urbanos e densidades populacionais

A análise da população que vive nos quatorze municípios analisados mostra que as cidades em Moçambique têm em média, 30% menos de população que as do Brasil. Observa-se que a maioria das cidades analisadas em Moçambique

tem uma população inferior a 150.000 habitantes (60%), 25% têm entre 150.000 e 1.000.000 de habitantes, e só Maputo tem mais de 1.000.000. A situação no Brasil mostra três grupos de tamanhos de cidades,

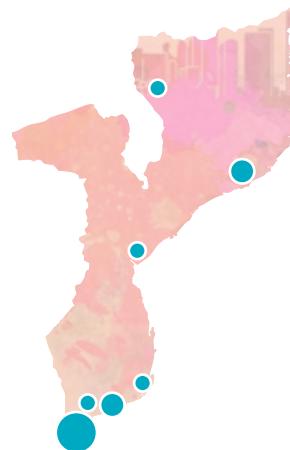
um primeiro grupo com aproximadamente 350.000 habitantes, um segundo grupo de 1.000.000 - 1.500.000, e Belo Horizonte com mais de 2.000.000 de habitantes.

LOCALIZAÇÃO E TAMANHO DOS MUNICÍPIOS ANALISADOS

BRASIL



MOÇAMBIQUE



POPULAÇÃO (HABITANTES)

- 0 - 100.000
- 100.000 - 500.000
- 500.000 - 1.000.000
- 1.000.000 - 1.500.000
- 1.500.000 - 2.000.000
- 2.000.000 - 2.500.000

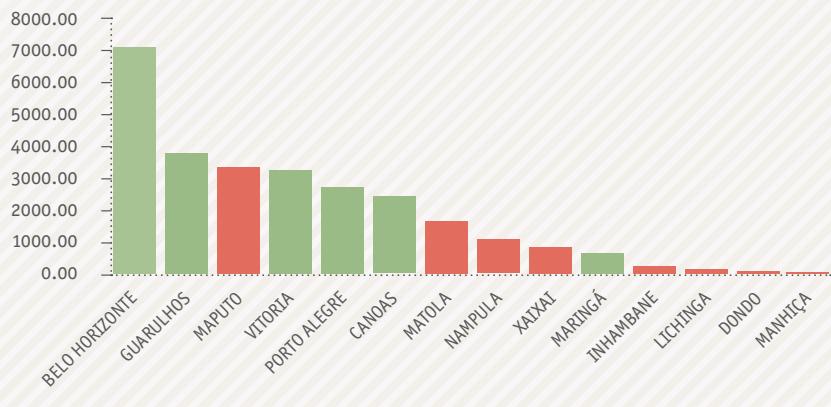
Fonte: INE e IBGE

¹<http://7a12.ibge.gov.br/vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/caracteristicas-da-populacao>. Censo Demográfico 2010, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

²<http://www.ine.gov.mz/> Instituto Nacional de Estatística de Moçambique.

Observa-se que os limites municipais das cidades no âmbito deste projeto são muito semelhantes em ambos os países (320 km² de média), sendo as densidades das cidades de Moçambique significativamente mais baixas. É importante notar que 75% dos municípios em Moçambique têm densidades inferiores a 1.000 hab./km², enquanto no Brasil a densidade média é de 3.400 hab./km².

DENSIDADES DOS MUNICÍPIOS (HABITANTES / KM²)



Nível de urbanização dos tecidos urbanos

Os limites municipais abrangem diferentes tipos de tecidos e de formas urbanas, variando de áreas urbanas consolidadas a povoações periurbanas

e espaço rural utilizado, principalmente para agricultura. Observa-se que as zonas urbanizadas nas cidades estudadas do Brasil ocupam quase

70% das áreas municipais, enquanto as de Moçambique só ocupam 40%. Os seguintes tipos de tecidos urbanos foram identificados:

ZONA DE CONSOLIDAÇÃO URBANA (ZUC):

Trata-se da zona de ocupação mais consolidada da cidade, com uma rede de ruas e quadras estruturada. Geralmente apresenta adensamento acentuado das construções, com presença de verticalização.

ZONA DE TRANSFORMAÇÃO/ MELHORIA (ZMU):

Zonas de ocupação esparsa apresentam loteamentos ainda em processo de ocupação ou uma transição entre a paisagem urbana e a paisagem rural, geralmente com ocupações informais.

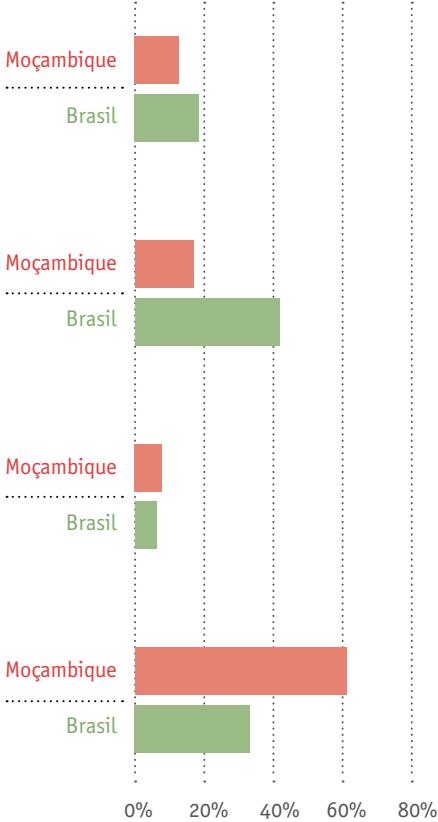
ZONA DE EXPANSÃO URBANA (ZEU):

Zonas classificadas no Plano Geral do Município ou no Plano de Estrutura como área urbanizável, suscetível de ser edificada para futura extensão urbana. Geralmente as infraestruturas são mínimas, mas os lotes são ordenados.

ZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (ZPA):

Trata-se da zona de ocupação mais consolidada da cidade, com uma rede de ruas e quadras estruturada, estruturada. Geralmente apresenta adensamento acentuado das construções, com presença de verticalização.

PERCENTAGEM DE OCUPAÇÃO (%)



O desenvolvimento de infraestruturas nas cidades melhora as perspectivas de expansão econômica, a qualidade de vida da sua população e a proteção ambiental. A análise funcional da prestação de serviços públicos e infraestruturas nas

cidades no âmbito deste projeto mostra que, em geral, o acesso e fornecimento dos serviços urbanos são melhores nas cidades do Brasil, onde a cobertura chega a quase 100% em todos os serviços analisados.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL:

A água é uma das grandes necessidades da vida humana e uma fonte de água limpa é absolutamente necessária para a vida e a saúde.

ENERGIA ELÉTRICA:

Serviços de energia adequados e acessíveis são necessários para garantir o desenvolvimento sustentável.

SANEAMENTO BÁSICO:

A falta de saneamento adequado é um problema de saúde pública. Além disso, um saneamento inadequado, através do seu impacto na saúde e no ambiente, tem implicações consideráveis para o desenvolvimento econômico.

REDE DE TELECOMUNICAÇÕES:

O acesso à internet e à rede telemóvel são ferramentas indispensáveis para promover a igualdade e aumentar a criatividade, produtividade e crescimento econômico da população.

REDE VIÁRIA:

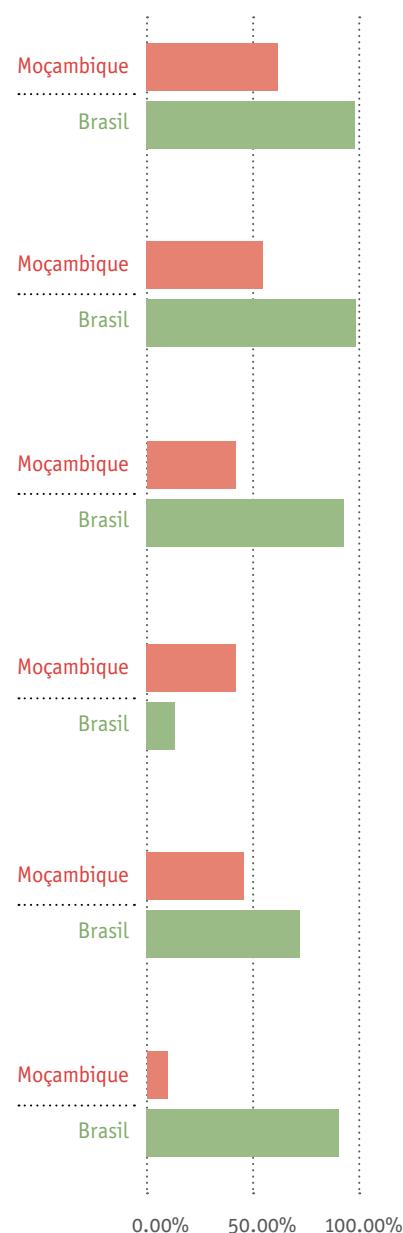
Constituídas pelas principais vias e estradas que fazem parte das redes urbanas.

REDE DE TRANSPORTE PÚBLICO:

O acesso a outros sistemas baseados em transportes públicos e não-motorizados deve ser promovido para a garantia de uma mobilidade urbana de qualidade.

Fonte: ANAMM, FNP, ASF e Prefeituras dos Municípios envolvidos.

PERCENTAGEM DE COBERTURA (%)



Organização municipal

As relações políticas e funcionais entre estes vários representantes do Estado e os respectivos órgãos e funcionários do governo local com os quais partilham o espaço geográfico são variadas, complexas e evolutivas. A boa coordenação das funções urbanas tais como governança, planejamento urbano, leis, regulamentos e estruturas institucionais visam assegurar a prosperidade da cidade. Nesse contexto, a descentralização fornece as responsabilidades para os governos subnacionais poderem desempenhar um papel mais significativo no desenvolvimento das cidades.

As estruturas municipais nas cidades estudadas são semelhantes no número e tipo de vereações/prefeituras, assim como no número de vereadores/secretários municipais, que, em média, é um pouco maior nos

municípios de Moçambique (37.000 habitantes), enquanto que no Brasil é de 30.000 habitantes. No entanto, se compararmos o número de habitantes por funcionário observa-se que, em média, nos municípios de Moçambique é 10 vezes maior (800 habitantes) que nos municípios do Brasil (80 habitantes).

Finanças do município

Em Moçambique, o gasto médio por cada cidadão nos municípios analisados

é trinta vezes menor que no Brasil (900,00USD). Esta diferença se deve ao fato de que, no Brasil, a gestão da saúde, educação e água são financiadas pelo próprio município.

A análise das receitas municipais mostra que nenhum dos municípios estudados em ambos os países gera recursos suficientes para cobrir seus custos operacionais, o que indica uma dependência estrutural de outras fontes de receitas.

O DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURAS NAS CIDADES MELHORA AS PERSPECTIVAS DE EXPANSÃO ECONÔMICA, A QUALIDADE DE VIDA DA SUA POPULAÇÃO E A PROTEÇÃO AMBIENTAL

RECEITAS PRÓPRIAS:

Em média, os municípios de Moçambique geram 25% do total das receitas municipais, enquanto os municípios do Brasil geram 35%.

TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO E UNIÃO:

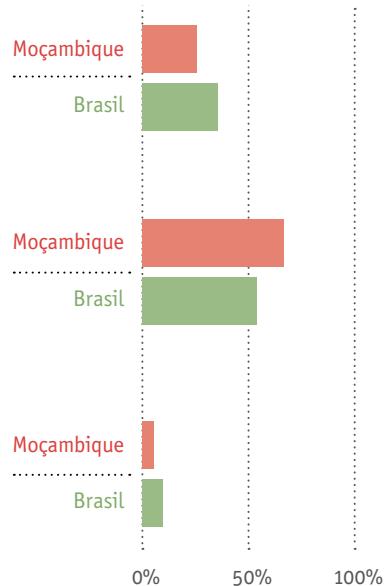
Em Moçambique, 70% das receitas municipais são transferidas pelo estado, enquanto no Brasil os municípios recebem 55%.

DOAÇÕES/OUTROS:

As doações de outras fontes são inferiores a 10% nos municípios dos dois países.

Fonte: ANNAM, FNP, ASF e Prefeituras dos Municípios envolvidos.

PERCENTAGEM DE DISTRIBUIÇÃO (%)



POLÍTICAS URBANAS EM CIDADES INTERMEDIÁRIAS MOÇAMBICANAS: ANÁLISE DE IDH A ESCALA LOCAL

No âmbito deste Projeto de Cooperação Descentralizada, liderado pela CGLU, aproveitou-se para fazer uma reflexão sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das cidades intermediárias, dos níveis de capacitação técnica e as necessidades mínimas para uma política de descentralização efetiva. O projeto está centralizado sobre o conceito de cidade intermediária aplicado às cidades objeto de estudo que são: Maputo,

Matola, Nampula, Xai-Xai, Lichinga, Manhiça, Inhambane e Dondo.

A estratégia de análise centrou-se, em primeiro lugar, no tamanho populacional. Todas estas cidades, a exceção de Maputo, podem ser consideradas cidades intermediárias. Porém, o tamanho, como veremos, condiciona claramente as políticas urbanas. Assim, estabelecem-se quatro categorias:

Cidades entre 50.000 e 80.000 habitantes



Manhiça, Inhambane e Dondo

Cidades entre 100.000 e 150.000 habitantes



Xai-Xai e Lichinga

Cidades entre 450.000 e 700.000 habitantes



Nampula e Matola

Cidades com mais de 1.000.000 habitantes



Maputo

Por outro lado, tanto a posição destas cidades na estrutura administrativa do país, quanto a distância à capital se convertem, de alguma forma, num fator de periferia que condiciona o seu desenvolvimento.

O conceito e cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano para cidades

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um indicador do desenvolvimento humano, a qual calcula o valor médio de avanço conseguido por um país em três dimensões básicas do desenvolvimento humano:

- **Vida longa e saudável**
- **Acesso à educação**
- **Nível de vida digno**

A fonte de informação das cidades baseou-se nas Estatísticas Distritais (INE, 2010) realizadas pelo Instituto Nacional de Estatística de Moçambique em 2007.. Estas estatísticas provêm na sua maior parte do Embora tenha se trabalhado com cidades, foram utilizados dados de distrito, já que em 6 das 8 cidades os limites administrativos coincidem. No caso de Dondo e Manhiça, devido à falta

de dados adequados destas cidades, trabalhou-se com os dados do distrito, fazendo uma adaptação da informação proporcional à população.

A seguir será desenvolvida uma metodologia para a obtenção do IDH a escala municipal em Moçambique e obter-se-ão os respetivos IDH das oito cidades estudadas até o momento.

A respeitar a estrutura metodológica dos IDH obtidos pelo PNUD, serão escolhidos indicadores disponíveis a escala municipal que permitam obter um melhor resultado diferencial e comparativo, obtendo assim um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-m) para a realidade de Moçambique.

A seguir, introduz-se cada uma das dimensões do IDH e mostram-se os indicadores escolhidos em cada caso:

- **Vida longa e saudável.**
Expectativa de vida ao nascer.
- **Acesso à educação.** Como não se dispõe destes indicadores, usa-se uma combinação de:
- Nível de analfabetismo
- População escolarizada entre 6 e 13 anos
- **Nível de vida digno.** Ainda que o indicador proposto pelo PNUD para o nível de vida digno é de carácter monetário, neste estudo não se dispõe de tanta informação econômica desagregada.
Dessa forma, realiza-se uma

aproximação mediante os dois indicadores seguintes:

- Domicílios que dispõem de algum bem duradouro (rádio, televisão, telefone, computador, carro, motocicleta e/ou bicicleta).
- Domicílios com saneamento de tecnologia melhorada.

No caso do Índice associado à vida longa e saudável, o **indicador de Expectativa de vida** é o mais pertinente e com dados mais padronizados. No caso do Índice de acesso à educação, os **indicadores de analfabetismo e população** escolarizada são referentes na maioria de estudos. No último caso, associado ao nível de vida, constata-se que existe uma **forte correlação entre as variáveis sobre disponibilidade de bens duradouros e de acesso a saneamento**, são dois dos indicadores de fácil acesso e com uma muito boa correlação com o PIB local.



AGREGADOS FAMILIARES COM SANEAMENTO MEJORADO VS. PIB

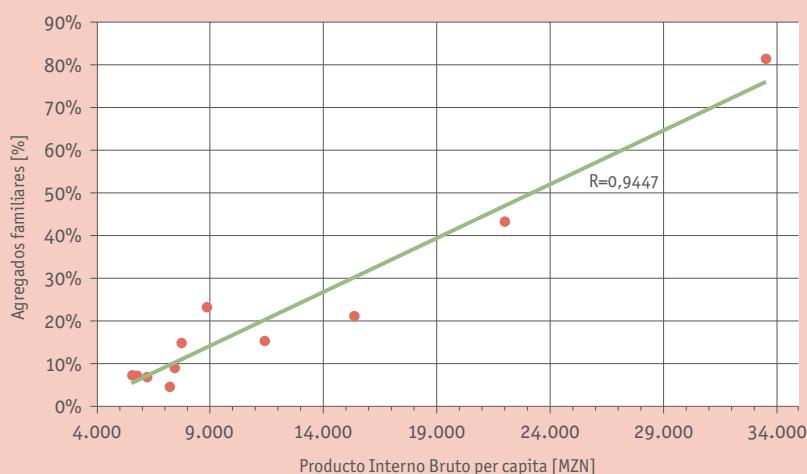


Figura 2. Correlação entre % de agregados familiares com saneamento e PIB per capita. Fonte: Elaboração própria

SE PODE AFIRMAR QUE, NUMA LÓGICA NA QUAL AS GRANDES DESIGUALDADES ENCONTRAM-SE NAS PERIFERIAS DAS GRANDES CIDADES, NÃO EXISTE UMA POLÍTICA CLARA DE DOTAÇÃO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS (FUNCIONÁRIOS E TÉCNICOS) ADEQUADA A ESTA REALIDADE

Caracterização dos índices segundo os componentes do IDH, o tamanho da população e a distância à capital

Uma vez calculados os índices (veja fig. 4), analisam-se as correlações entre os diferentes componentes, o tamanho da população e a distância à capital.

A partir dos índices mencionados calculou-se o IDH municipal (IDH-m), o que permitiu classificar as cidades moçambicanas segundo o nível de desenvolvimento humano dentro de uma escala adaptada ao país:



Entende-se que quanto maior é o tamanho da população, maior é o índice IDH ou os seus componentes. Por outro lado analisam-se as distorções que implica a distância à capital, Maputo.

Cidades	IDH-m	Índice de Salud	Índice de Educación	Índice de Nivel de vida	Población	Distancia a Maputo
Maputo	0,89	0,74	0,99	0,99	1	1
Matola	0,78	0,77	0,94	0,66	2	2
Inhambane	0,72	1,00	0,82	0,46	4	3
Xai-Xai	0,70	0,59	0,91	0,64	3	2
Nampula	0,54	0,79	0,54	0,37	2	5
Lichinga	0,43	0,73	0,39	0,27	3	5
Manhiça	0,29	0,63	0,48	0,08	4	2
Dondo	0,27	0,47	0,54	0,08	4	4
MOZAMBIQUE	0,21	0,63	0,10	0,15	-	-

Figura 4. Índices associados ao IDH municipal e classificação das cidades segundo população e distância a Maputo. Fonte: Elaboração própria.

Uma primeira análise da caracterização de cidades moçambicanas segundo indicadores de IDH, de estrutura administrativa e de população mostra que nível de vida que é o indicador que mais condiciona o IDH. E tal como se indicou anteriormente, este pode ser medido pela disposição de bens móveis e o acesso ao saneamento. Dessa forma, esses dois indicadores são essenciais para analisar intervenções estratégicas nos bairros. Por outro lado, destaca-se o baixo nível de IDH das populações de Nampula e Lichinga, apesar do seu tamanho de população, o que denota que, apesar do princípio de “quanto maior o tamanho da população, maior o nível de vida”, estes valores estão condicionados por uma maior distância à capital.

Por outro lado, deve-se destacar o elevado índice de nível de saúde da cidade de Inhambane. Esta cidade viu-se favorecida pela atividade turística e os programas de saúde através de projetos de cooperação, que melhoraram as condições de nível de vida. Por outro lado, deve-se destacar o baixo nível de saúde de cidades como Xai-Xai, Dondo ou Manhiça. Neste caso, elas destacam-se por ser cidades próximas a rios com planícies inundáveis e com uma maior incidência de malária.

Sobre a análise da correlação entre IDH e disposição de estrutura administrativa (funcionários/1000 hab. e número de técnicos) (veja fig. 5), constata-se que a periferia das grandes cidades (Matola) ou de cidades periféricas no território (Nampula) dispõem de um baixo nível. Por outro lado, deve-se destacar que aquelas cidades com um maior índice de funcionários coincidem com aquelas que dispõem de políticas significativas: Maputo em Planificação, Dondo em Orçamento participativo, Inhambane em políticas turísticas e de saúde; Xai-Xai em políticas de cadastro. Em contrapartida, aquelas cidades moçambicanas que dispõem de experiências significativas de boas práticas em cooperação internacional são aquelas com uma percentagem de técnicos significativa: Lichinga, Dondo, Inhambane e Xai-xai. Neste sentido se pode afirmar que, numa lógica na qual as grandes desigualdades encontram-se nas periferias das grandes cidades, não existe uma política clara de dotação de recursos administrativos (funcionários e técnicos) adequada a esta realidade.

Por sua vez, deve-se destacar o salto qualitativo entre as cidades intermediárias de maior tamanho (Matola e Nampula) e as cidades de menor tamanho. Entre estas se destaca Xai-Xai, que soube combinar um bom nível de funcionários,

boas experiências de cooperação e um nível de técnicos aceitável. As cidades menores, e aquelas mais afastadas da capital requerem políticas específicas. Não podemos falar em sentido amplo de cidades intermediárias. Existem diferentes graus de periferia: institucional, nível de técnicos municipais e falta de especialização.

Pode-se afirmar, como conclusão, que numa política de maior incidência na melhoria da qualidade de vida, existe um déficit em cidades importantes da periferia: metropolitana (Matola) e territorial (Nampula). Em alternativa, para as cidades de menor tamanho (150.000 - 75.000 hab.), as melhorias de qualidade de vida são muito sensíveis aos projetos de cooperação associados a programas especiais, já que o nível e número de técnicos não é muito significativo. Apenas as cidades muito proativas, com políticos e técnicos de qualidade, são capazes de ser as receptoras dos programas de maior inovação institucional (Xai-Xai, Inhambane, Dondo). Uma política urbana em cidades intermediárias deve diferenciar claramente os diferentes tamanhos populacionais e os níveis dos seus técnicos para efetivar uma descentralização que realmente melhore a qualidade de vida dos seus habitantes.

Cidade	Habitantes	IDH-m	Distância a Maputo	Funcionários	Funcionários /1.000 hab.	Técnicos superiores	Técnicos médios
Maputo	1.087.000	1	1	4.802	4,4	61	33
Lichinga	75.350	6	5	241	3,2	5	10
Dondo	71.473	8	4	258	3,6	4	2
Inhambane	63.867	3	3	218	3,4	3	13
Xai-Xai	116.343	4	2	327	2,8	5	35
Manhiça	56.700	7	2	122	2,2	1	3
Nampula	477.771	5	5	841	1,8	5	14
Matola	729.443	2	2	728	1,0	23	116

Figura 5. Índices associados ao IDH municipal, habitantes e nível de funcionários. Fonte: Elaboração própria.



04

ENFOQUE TEMÁTICO DO PROJETO



OS LÍDERES LOCAIS TÊM DE RESPONDER À POPULAÇÃO ASSIM COMO AOS ATORES PÚBLICOS E PRIVADOS COM UMA GESTÃO EFICIENTE DE DESENVOLVIMENTO URBANO. NEM TODOS OS PREFEITOS PODEM APLICAR AS MESMAS ESTRATÉGIAS OU IMPLEMENTAR AS MESMAS SOLUÇÕES. OS PONTOS DE PARTIDA DETERMINAM SUAS POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO.

Durante a implementação do projeto, identificamos os seguintes cinco elementos como “fatores determinantes” da gestão do desenvolvimento urbano e territorial.

5

ELEMENTOS BÁSICOS PARA LIDERAR A GESTÃO DE CRESCIMENTO URBANO

2

OS INSTRUMENTOS

1

OPORTUNIDADE

3

CAPACIDADE

4

ESPAÇO DE DECISÃO POLÍTICA

5

FINANCIAMENTO



1 OPORTUNIDADE

O Crescimento urbano responde à dinâmica econômica e social de um determinado local. Ao mudar sua dinâmica macroeconômica, as cidades tornam-se mais atraentes devido aos serviços de conexão, empregos no setor de serviços, etc. O crescimento econômico de uma região é refletido em mais serviços e empregos nas cidades. Um bom exemplo disso é o crescimento de Nampula, que está relacionado com as atividades mineiras e a sua localização no novo corredor econômico. Ao mesmo tempo, a população rural migra às cidades fugindo da pobreza ou de conflitos e a procura de serviços básicos e sociais na cidade mais próxima. Quanto mais pobre é a nova população, menor é o investimento financeiro no setor da construção e imobiliário, incluindo a urbanização informal. As oportunidades das cidades nunca são iguais e empoderam a administração para incidir no desenvolvimento de maneira diferente.

2 OS INSTRUMENTOS

Os instrumentos são ferramentas que permitem as autoridades e as administrações exercer as funções e poderes atribuídos. Se uma administração é responsável pela gestão das terras, os instrumentos permitem a proteção de áreas para fins públicos, financiamento de serviços, licenças e direitos de construção e uso.

3 CAPACIDADE

A capacidade técnica da administração é a chave para sua eficácia e desempenho. Os técnicos devem estar preparados profissionalmente e ser capazes de trabalhar em equipe, para otimizar o uso dos instrumentos e gerenciar o crescimento e serviços. Um técnico geográfico que lida com instrumentos como o GIS (georeferência) tem que trabalhar em conexão com técnicos de outras áreas, por exemplo, na área financeira, para aplicar a evidência geográfica para a gestão de impostos e para a escala de investimento. A capacidade do líder ajuda a coordenar o trabalho em equipe.

4 ESPAÇO DE DECISÃO POLÍTICA

As decisões de desenvolvimento são baseadas em evidências técnicas, mas são tomadas num espaço político. O investimento e a atenção a grupos

vulneráveis é decidido com a máxima transparência e critérios políticos, sociais, ambientais e/ou competitivos. Dessa forma, os interesses dos atores, a população, instituições e atores privados devem ser levados em consideração.

- **O governo central, através da descentralização, delega competências de planejamento, gestão do território e serviços básicos.**
- **A Cidadania, através dos processos democráticos de votação e diálogo, exige serviços e ordenamento do território, expressando estas necessidades às autoridades locais, porque são os representantes do poder público mais próximos da população.**
- **O setor privado e de investimentos precisam de um entorno de atuação e procuram condições favoráveis para o investimento sustentável.**

5 FINANCIAMENTO

O financiamento público para o desenvolvimento é fundamental para criar realidades no território, especialmente em países em desenvolvimento, administrados com uma constante falta de recursos. A procura de financiamento pode sobrepor-se a outros fatores mencionados acima. O financiamento privado está relacionado com a oportunidade; os instrumentos que aumentam o financiamento (licenças) são priorizados; a capacidade técnica é um custo para os municípios (níveis salariais) e os interesses de investimento dominam os debates políticos.

Para liderar e facilitar o desenvolvimento, as administrações e as autoridades locais precisam melhorar estes cinco fatores consistentemente e de forma abrangente.

Em vista do processo de descentralização e do desenvolvimento do sistema legislativo em Moçambique, a cooperação entre cidades teve como foco em instrumentos de planejamento territorial e gestão do desenvolvimento. Para este desenvolvimento integral, **as parcerias entre cidades são uma imensa oportunidade**, porque não apenas estimula-se o conhecimento técnico, como também a liderança política.

OS INSTRUMENTOS DO PROJETO:

Dentre uma série de ferramentas que são habitualmente aplicadas à planificação e gestão urbana, para este projeto escolhidos três instrumentos sócio-políticos, os quais foram aplicados no âmbito de 14 cidades no contexto brasileiro e moçambicano. Estes instrumentos são:

- 1** **A POLÍTICA DE GESTÃO TERRITORIAL:** (planos);
- 2** **O CADASTRO INCLUSIVO:** instrumento de gestão territorial, social e fiscal;
- 3** **OS ORÇAMENTOS PARTICIPATIVOS:** ferramenta da democracia direta que permite aos cidadãos tomar decisões referentes aos orçamentos públicos em várias dimensões e níveis territoriais.

1. POLÍTICA DE GESTÃO TERRITORIAL - PLANOS

Os planos são instrumentos de planejamento que orientam os diferentes atores do território durante um período de governo, onde se expressam de maneira ordenada os objetivos, metas, políticas e programas de desenvolvimento. Tais planos não são somente o resultado de processos de evolução do desenvolvimento territorial, como também respondem aos compromissos adquiridos pelos governos locais nos seus programas. São instrumentos que permitem tomar decisões que guiam o desenvolvimento do município. Por exemplo, caso a entidade territorial tenha potencial no setor turístico, o plano permite organizar as zonas comerciais ou rurais de tal maneira que se identifiquem áreas de lazer, alimentação, educação e cultura.

Os planos se dividem em estratégicos, que servem de base para identificar o uso do solo, e urbanísticos, que definem a estrutura do território, classificando-o

em urbanizável ou não, além de definir os direitos e deveres dos proprietários de cada uma das classes de solo.

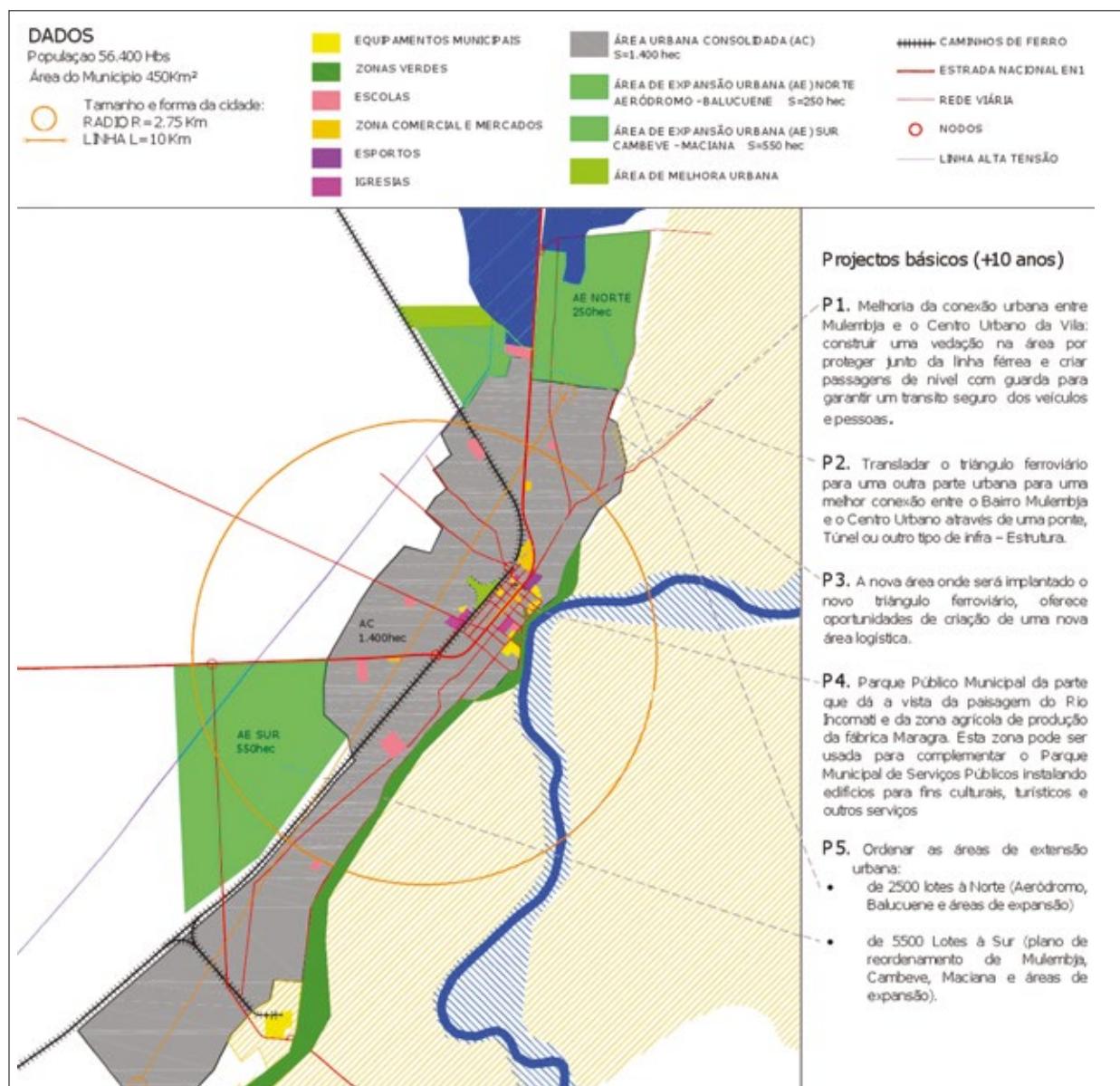
O projeto se conecta com os processos de descentralização e fortalecimento dos governos locais em ambos os países e está estreitamente ligado ao processo de construção da democracia.

O marco normativo no Brasil é o primeiro que estabelece uma política urbana orientada à consecução da reforma urbana e introduz instrumentos de planejamento e gestão territorial. Assim, além de outros instrumentos de gestão, desenvolveu-se o “Plano Diretor”



como ferramenta principal de desenvolvimento definido na Constituição Democrática de 1988, a fim de alcançar desenvolvimento e políticas de expansão urbana. A sua elaboração foi impulsada para introduzir ferramentas de gestão para as municipalidades com mais de 20.000 habitantes. Posteriormente, a experiência das políticas locais de urbanismo e gestão urbana deu lugar à Lei 10.257\01-“Estatuto da Cidade” que regula os Planos Diretores Participativos (PDP) e que os torna obrigatórios para municípios localizados em regiões metropolitanas, áreas de especial interesse turístico ou em casos de impacto ambiental.

OS PLANOS QUE SERVEM DE BASE PARA IDENTIFICAR O USO DO SOLO SÃO OS PLANOS ESTRATÉGICOS E PLANOS URBANÍSTICOS



Plan Base. Manhiça - Moçambique

De um modo similar, em Moçambique está se desenvolvendo uma política de descentralização, a qual utiliza os instrumentos similares de planejamento, denominados "Plano de Estrutura urbana (PEU), Plano parcial e Plano do Pormenor". O Plano de Estrutura urbana é o instrumento de gestão territorial a nível municipal, que estabelece a organização espacial da totalidade do município, os parâmetros e as normas para a sua utilização, tendo em conta a ocupação atual, as infraestruturas e os equipamentos sociais existentes e a serem implantados na estrutura espacial do

município. O Plano de estrutura foi introduzido na década de 1980, logo após a independência nacional. As suas bases legislativas são a Legislação de Ordenamento Territorial (LOT) de 2007 e o Regulamento de 2008. O PEU é um instrumento bem difundido nos Municípios do país, contudo a prática indica que para a maioria dos Municípios ainda prevalecem desafios no campo da sua implementação. O Plano de Estrutura requer uma ativa organização e participação social a nível local para que o processo de ordenamento territorial seja autêntico, legítimo e realizável. Os planos tradicionalmente não eram muito

O PLANO DE ESTRUTURA REQUER UMA ATIVA ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL A NÍVEL LOCAL PARA QUE O PROCESSO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL SEJA AUTÊNTICO

sensíveis à grande gama de realidades existentes dentro da área urbana. Desta maneira, o plano de estrutura urbana permite determinar os usos pertinentes a cada parte do território municipal (urbana ou rural).

O desafio deste instrumento é que nem todos os municípios o tem aprovado e/ou atualizado. Em geral, o Plano (Plano de Estrutura urbana - PEU) é um instrumento com uma visão a longo prazo que contribui a reordenar fisicamente o território do município, de acordo com os propósitos de desenvolvimento econômico, social, ambiental, de forma que seja garantido o acesso a áreas urbanas, assim como reconhecido à todos os cidadãos o direito aos serviços urbanos.

Neste projeto, a colaboração direta entre as AL dinamizou as estratégias territoriais e a sua implementação nas cidades com os seus próprios instrumentos, lembrar a importância de trabalhar desde uma visão combinada que busca a implementação em todas as escalas nas quais os instrumentos são desenvolvidos. Adicionalmente, foi realizada uma assessoria acadêmica que complementa, mas não substitui, os instrumentos existentes, especialmente de urbanismo e planejamento estratégico. A Cátedra UNESCO e a Red-CIMES sobre “Cidades Intermediárias – Urbanização e Desenvolvimento”, aplicou um método transversal e complementar chamado Plano Base, que cruza ações e projetos sobre a base física de cada cidade para lograr uma visualização e priorização das metas de planejamento e de gestão em 3 cidades do projeto: Lichinga, Nampula e Manhiça. A universidade UPC realizou análises de índice de desenvolvimento a nível de bairro que potencializam o plano menor. A universidade Lúrio e ONU Habitat participaram nos cenários de aplicação de novas metodologias, ampliando o grupo tanto no âmbito acadêmico como também a nível das cidades que integram o corredor Nacala.



2. CADASTRO INCLUSIVO OU MULTIFINALITÁRIO COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO E CONTROLE TERRITORIAL

O cadastro é definido como uma ferramenta para garantir a ordenação do espaço geográfico com fins de desenvolvimento, através do conhecimento do território por meio da descrição física, política, fiscal, local, jurídica e seu valor econômico. Os cadastros como instrumentos de gestão e controle territorial, concebidos como uma fonte de informação, estão orientados a dar serviço à comunidade do município mediante ações para atualizar a informação a registrar. Estes processos se suportam com Sistemas de Informação Geográfica (GIS) e outros como o *Integrated Development Environment* (IDE), que proporcionam ferramentas para a captura, armazenamento, transformação, análise, gestão e edição de dados geográficos e informação cadastrada. O cadastro utiliza a parcela cadastral e a unidade urbana como entidade básica e a cartografia como suporte territorial imprescindível. Não obstante, nem todos os cadastros são georreferenciados, especialmente em Moçambique.

A inclusão de informação de caráter social e fiscal nas bases de dados abre a possibilidade para uma posterior estratificação de serviços básicos e investimentos públicos para favorecer a redução da pobreza e promover a

igualdade. Os dados relacionados à saúde e controle precisam ser acessados e gerenciados pelos governos locais a fim de adicionar valor às análises e decisões relativas às políticas territoriais. A aplicação de um cadastro inclusivo consiste em, a partir de indicadores que refletem situações de desigualdades sociais em forma de dados e estatísticas, orientar o planejamento estratégico municipal no sentido de minimizar a exclusão social.

O levantamento dos indicadores tem o objetivo de fortalecer a democracia e consolidar o compromisso entre as autoridades locais e a população, com o intuito de resolver problemas das cidades e promover a inclusão social.

No Brasil o instrumento tem dimensões amplas e entende-se como multifinalitário. Tal conceito de cadastro evoluiu ao longo dos anos em três níveis. Originalmente, era focado na receita tributária e, portanto, colhia informações econômicas e territoriais. Em segundo nível, dados legais (bens imóveis, seguro, etc) foram incluídos para análises de ordenamento territorial. Finalmente, seu conceito foi ampliado para incluir dados sociais (inclusão social e ambiental) àquelas informações já coletadas, resultando em uma ferramenta de planejamento integrado para gestão holística. Este último tipo de cadastro é mais eficiente que o original, uma vez que é útil tanto para o planejamento urbano quanto para políticas sociais e fiscais, consequentemente facilitando a

elaboração de investimentos públicos que estejam enfocados em promover igualdade social e redução de pobreza, assim como fornecer serviços básicos e sociais baseados em evidência.

A legislação moçambicana não menciona os Cadastros Único ou Inclusivo. Contudo, a Lei de Terras define o Cadastro Nacional de Terras como sendo a totalidade dos dados necessários para: (I) conhecer a situação econômico-jurídica das terras; (II) conhecer os tipos de ocupação, uso e aproveitamento, bem como a avaliação da fertilidade dos solos, manchas florestais, reservas hídricas, de fauna e de flora, zonas de exploração mineira e de aproveitamento turístico; (III) organizar de maneira eficaz a utilização, a sua proteção e conservação e (IV) determinar as regiões próprias para produções especializadas.

A mesma Lei não menciona o cadastro de terras urbanas, remetendo aos Conselhos Municipais a autorização e registo de pedidos de uso e aproveitamento da terra.

Na prática, em Moçambique proliferam vários cadastros referentes a temas específicos, como Cadastro de Terras Rurais, Cadastro das Cidades e Vilas, Cadastro Mineiro, Cadastro de Contribuintes das Finanças dentre outros. O aspecto saliente nestes Cadastros é a ausência de ligação formal entre os diferentes cadastros, o que por vezes leva a sobreposições na atribuição do Direito de Uso e Aproveitamento, o que por sua vez resulta em conflitos entre os utilizadores destes serviços.

Na República de Moçambique a terra é propriedade do Estado e não pode ser vendida, hipotecada, penhorada o alienada de qualquer outra forma. O uso e aproveitamento da terra são

assegurados pelo Estado (DUAT) como direito de todo o povo moçambicano como meio universal da criação da riqueza e do bem-estar social. Portanto, se o cadastro refere-se ao Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT), está vinculado à aplicação do Imposto Predial Autárquico (IPRA), o que provoca várias tensões a nível local.

Ademais, em amplas áreas dos municípios da cidade considerados informais, os cadastros devem relacionar-se com a ocupação de boa fé do solo, que se consolida no passo de 3 anos. Tempo curto e muito diferente em relação ao período estabelecido no Brasil. Definitivamente, os cadastros, mais de tipo fiscal que inclusivo, estão sendo usados de um modo gradual ainda que limitado nos municípios de Moçambique. No Brasil, em contraste, eles são um instrumento chave.

Tomando a experiência de Maringá como referência, o projeto criou sinergias com o projeto de Cadastro inclusivo, gestionado por Arquitetos sem Fronteiras e financiado pelo Ajuntament de Barcelona. Este projeto fortaleceu a gestão nos municípios de Maxixe, Inhambane e Manhiça, desenvolvendo um questionário e metodologia piloto nos três bairros destes ocalidades, com características diferentes. Com esta metodologia, os municípios e técnicos desenvolveram

conhecimentos para melhorar a boa governabilidade e gestão do Cadastro.

3. A GESTÃO E OS ORÇAMENTOS PARTICIPATIVOS

Os orçamentos participativos (OP) são atualmente relevantes instrumentos aplicados e importantes para a democracia participativa em ambos os países. Este instrumento consiste em envolver os cidadãos na definição das prioridades para investimentos públicos. Esta nova perspectiva da participação do cidadão procura romper com a tradição da exclusividade de decisões por parte de funcionários eleitos e técnicos do governo.

Os orçamentos participativos no Brasil começaram a serem desenvolvidos no final da década de 1970. Ainda sob o regime militar, alguns municípios brasileiros chegaram a implementar experiências de discussão de orçamentos municipais com a população. Essas ensaios, no entanto, devido ao próprio contexto político, tiveram pouca visibilidade e curta duração.

A Constituição de 1988 estabeleceu sistemas de gestão democrática

A APLICAÇÃO DE UM CADASTRO INCLUSIVO CONSISTE EM, A PARTIR DE INDICADORES QUE REFLETEM SITUAÇÕES DE DESIGUALDADES SOCIAIS EM FORMA DE DADOS E ESTATÍSTICAS, ORIENTAR O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL NO SENTIDO DE MINIMIZAR A EXCLUSÃO SOCIAL.



em vários campos de atuação da Administração Pública, tais como o planejamento participativo (Art. 29, XII).

Amparado por esse marco legal, mas em continuidade ao histórico de iniciativas participativas locais, **o município de Porto Alegre adotou o Orçamento Participativo como instrumento de gestão pública em 1989**, a partir da primeira administração do Partido dos Trabalhadores (PT). Essa experiência é internacionalmente reconhecida como o marco de implementação do instrumento e tornou-se referência para outras administrações progressistas dentro do país e em outros países.

Montevideu, por exemplo, adotou uma prática baseada no modelo de Porto Alegre ainda na década de

1990. Outras cidades, inclusive de países europeus, passaram a incluir o OP em seus programas de governo, principalmente a partir da realização do Fórum Social Mundial de 2001. Em geral, existem diversas vantagens na implementação do Orçamento Participativo, uma vez que ele leva a uma nova abordagem governamental baseada na transparéncia, cogestão, liderança e empoderamento por parte da comunidade, cidadania ativa e educação cívica.

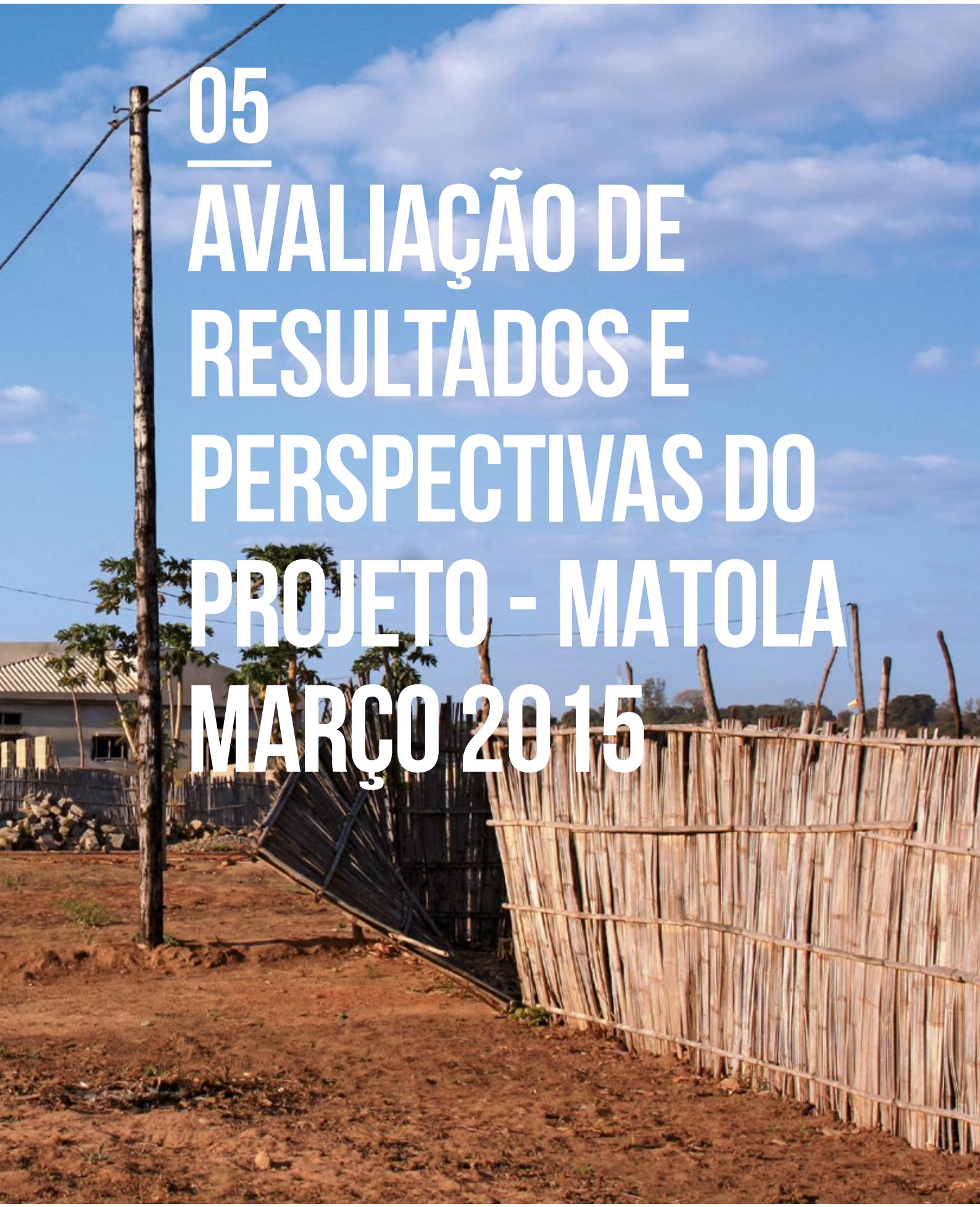
Em Moçambique, a evolução do orçamento participativo, confunde-se com a do processo de autarcização do país. **Com uma evolução gradual, a literatura aponta a Cidade do Dondo como sendo a pioneira do OP**. Esta cidade deu os seus primeiros passos logo após a institucionalização daquela

autarquia em 1998, com o apoio institucional da Cooperação Suíça.

Os resultados deste processo não tardaram a aparecer, contando-se uma crescente dotação orçamental a projetos de infraestruturas identificados pela comunidade, tais como estradas, valas de drenagem, mercados, fontes de água e melhoramentos no ordenamento territorial dos Bairros. Dado o impacto positivo do OP na vida dos municípios do Dondo, o OP alastrou-se rapidamente por outros Municípios de Moçambique, sabendo-se que até a cidade capital, Maputo, recorre ao OP para a priorização da dotação financeira dos investimentos nos Bairros de Maputo, além de outras cidades como Inhambane e Matola, a qual hoje preside a Presidência do Observatório Internacional de democracia participativa (OIDP).

05

**AVALIAÇÃO DE
RESULTADOS E
PERSPECTIVAS DO
PROJETO - MATOLA
MARÇO 2015**



AVALIAÇÃO DO PROGRAMA POR PARTE DOS PARCEIROS

E para nós uma grande honra e privilégio estarmos presentes neste espaço internacional onde as cidades e municípios interagem em torno do impacto das relações de amizade que construíram.

Aqui sentimos a evolução de cada parceiro e a vantagem do relacionamento entre cidades e entre municípios, baseado na cooperação multilateral e bilateral.

Estamos conscientes que estar aqui, neste espaço de partilha universal, produz reflexos que transcendem fronteiras de estado e que nos colocam no “locus” do sistema internacional.

Estamos conscientes que, uma vez aqui, não temos como já nos encontrarmos mergulhados no agradável e incomparável ambiente das cidades internacionais, de onde olhamos para a nossa cidade efetivamente como espelho de boa governação.

Estamos certos que a satisfação das nossas comunidades, dos nossos cidadãos, dos nossos municípios resulta das boas experiências, das boas práticas colhidas naquele palco onde várias cidades, municípios fazem shows e grandes espetáculos de gestão pública.

Atualmente, no âmbito da gestão participativa, que constituiu uma das principais linhas de força do nosso projeto de governação Municipal e que pretendemos desenvolver na nossa governação efetiva, a Cidade da Matola ensaia a adoção do Orçamento Participativo.

Para o efeito, procuramos colher experiências positivas e podemos dizer com certeza que fomos felizes. Através da cooperação estabelecida com o apoio da ANAMM, Associação Nacional dos Municípios de Moçambique, com a Prefeitura de Canoas no Brasil e com o Município de Maputo de Moçambique, colhemos experiências que nos permitirão criar a nossa própria plataforma de orçamento participativo.

Estamos a adaptar estas experiências a nossa própria realidade, aos nossos próprios Municípios.

Através deste mecanismo de governação em democracia participativa que permite aos cidadãos influenciar ou tomar decisão sobre o orçamento de investimentos públicos municipais, a Cidade da Matola caminha para efetivos processos de participação da comunidade.

A par deste processo interno de trabalho, a Cidade da Matola acolheu em março do corrente ano o **Seminário de Avaliação dos Resultados e Perspectivas do Projeto de Melhora das Capacidades de Autoridades Locais do Brasil e Moçambique como Atores da Cooperação Descentralizada**, que contou com a participação de cidades e Municípios de Moçambique, Brasil, Malawi, Espanha, ONG's internacionais, incluindo representantes da União Europeia.

Durante este seminário, foram analisados os resultados da cooperação técnica, troca e partilha de boas



COM 17 ANOS DE MUNICIPALIZAÇÃO, A CIDADE DA MATOLA EMPREENDE CAMINHO DO DESENVOLVIMENTO



práticas de gestão de instrumentos de cadastro, orçamento participativo, planejamento urbano e saneamento do meio, numa verdadeira escola e troca de experiências positivas para a gestão de cidades e Municípios.

Mais adiante, e ainda no âmbito da cooperação entre Cidades, a Cidade da Matola, que neste ano em que Moçambique completa 40 anos de independência, assume a sede, a presidência e a organização da **XVI Conferência do Observatório Internacional de Democracia Participativa 2016**, em resultado da sua candidatura e eleição por unanimidade pelos membros da plenária. Com 17 anos de municipalização, a Cidade da Matola empreende o caminho do desenvolvimento, procurando buscar experiências mais antigas e ainda promissoras e atuais.

Neste âmbito, podemos afirmar com segurança o nosso mais profundo agradecimento e orgulho, pela parceria estabelecida com a CGLU, que ofereceu mecanismos de mobilidade técnica para aprofundamento de conhecimentos de matérias específicas de melhoria de

prestação de serviços e fortalecimento da qualidade de execução das atividades de interesse da população.

Sem sombra de dúvidas, temos registado incalculáveis ganhos da cooperação descentralizada, pois a Cidade da Matola hoje está dedicada em aprofundar outras formas de intervenção e metodologias de abordagem sobre governação participativa.

Pretendemos melhorar continuamente os mecanismos que temos usado. Atualmente temos a nossa própria abordagem junto aos Municípios matolenses, através da Governação Municipal Sem Paredes, onde o Presidente, acompanhado de Vereadores, Diretores Municipais, responsáveis das diversas unidades técnicas e administrativas Municipais, instala o seu Gabinete ao ar livre num sábado, num bairro pré-indicado, onde recebe audiências com os municípios.

Temos, ainda, a Governação Aberta e Participativa, onde o Conselho Municipal, de forma programada, Publicitada, interage com o povo, juntos fiscalizam, monitoram e prestam contas a nível local.

Este modelo de governação tem em vista colocar a máquina de governação municipal em interação com grupos de municípios, auscultando, interagindo sobre o que deve ser a Matola a partir do seu local de residência, convidando a todos à monitoria e avaliação das realizações do governo municipal, de forma aberta, participativa e transparente.

Como se pode aferir a Matola hoje é uma cidade conhecida além das fronteiras por conta da amizade e Relações Internacionais com a plataforma Cidades e Governos Locais Unidos, para fortalecer a sua capacidade governativa.

Esta abordagem se identifica perfeitamente com o nosso propósito e integra-se no nosso lema e palavra de ordem, “Pela Matola Que Queremos”.

Calisto Moisés COSSA

Presidente do Conselho Municipal da
Cidade da Matola – Moçambique

“O modelo de cooperação descentralizada do projeto é um modelo de cooperação sul-sul, mas também é um modelo de cooperação técnica cidade-cidade e associação-associação. Fortalece a economia, fortalece as cidades e fortalece também as associações dos municípios”.

Eduardo Tadeo, presidente ABM





Nos dias 4 e 5 de março realizou-se na Cidade da Matola o **Seminário de Avaliação de resultados e perspectivas do projeto para a melhoria das capacidades das autoridades locais no Brasil e Moçambique**, focado principalmente nos temas de: Cadastro, Planejamento Urbano e Orçamento Participativo.

Previamente ao seminário, realizaram-se visitas técnicas aos municípios de Nampula, Xai-Xai e Manhiça para dar continuidade aos intercâmbios nas temáticas de planejamento territorial, Cadastro Inclusivo e Orçamento Participativo.

Delegações das cidades participaram apresentando os resultados dos trabalhos realizados nos dois anos do projeto no âmbito das parcerias, assim como os desafios que têm pela frente para a continuidade destas. Participaram também seis Presidentes dos Municípios, delegações dos parceiros, Associações, Universidades e ONGs, delegações de outras cooperações, doadores, pessoal convidado, que apresentou interesse no projeto, bem como representantes das cidades de Mzuzu, Lilongwe, Blantyre e o Instituto Municipal de aprendizagem (MILE).

O seminário foi uma oportunidade de partilha de experiências, além de



ser uma ocasião de aprendizagem conjunta. Mais que uma atividade de conclusões se transformou num momento de encontro para apresentar o interesse de continuidade das parcerias e metodologias trabalhadas, onde também foram salientados os resultados positivos para o trabalho político e técnico das cidades.

COMO CONCLUSÕES A SALIENTAR:

- 1 Os três instrumentos objeto do intercâmbio Brasil-Moçambique têm uma lógica e são importantes dentro de três aspectos: (1) a arrecadação e a receita, também no aspecto do desenvolvimento do cadastro inclusivo; (2) o impacto na receita tributária das cidades; e (3) a participação e a promoção da democracia.
- 2 É importante conhecer as cidades, os municípios e as necessidades de ambos. Com este conhecimento pode-se planificar as cidades, promover a participação e gerar escolas de participação e de democracia, promovidas principalmente desde as políticas públicas impulsadas desde o apoio técnico e a vontade política.
- 3 As histórias das cidades mostram que não existe uma “fórmula única” ou metodologia de trabalho entre cidades. Note-se que é importante o apoio político e a identificação de técnicos experientes e com disposição de colaborar.
- 4 É considerado muito relevante o tempo dedicado para entender o contexto de cada colaborador, bem como criar uma relação de confiança que facilita o fluxo de informações e a mútua colaboração. Esses fatores foram destacados como um dos mais importantes para assegurar um intercâmbio frutífero entre cidades.

PROCESSOS E RESULTADOS DAS PARCERIAS

CANOAS MATOLA

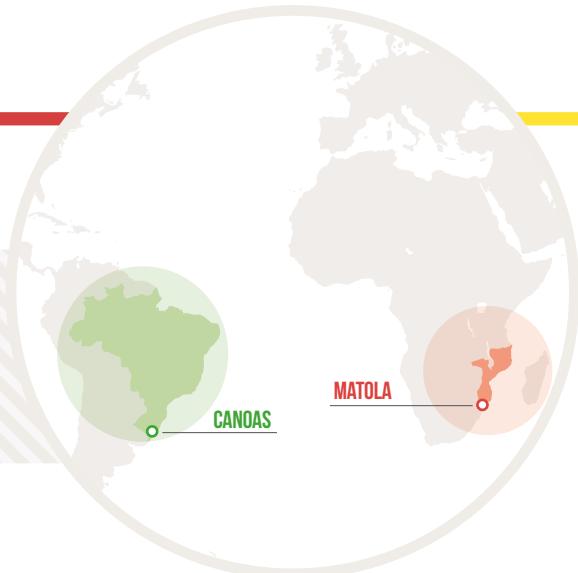
INFORMAÇÕES BÁSICAS

323.827 HAB.

131,10 KM²

671.556 HAB.

375,00 KM²



Tema Principal: Orçamento Participativo

Período de intercâmbio: junho, 2014 - março, 2015

Antecedentes da parceria:

Acordo de cooperação assinado entre Canoas e Matola no âmbito do Seminário Internacional de Regiões Metropolitanas (novembro, 2010 em Canoas).

Objetivos e alcance:

Capacitações sobre OP e lançamento do primeiro ciclo de OP da Matola.

Histórico da parceria:

1ª visita delegação da Matola a Canoas

Visita técnica de Canoas à Matola - capacitação OP

Visita técnica de Canoas à Matola
seminário avaliação resultados projeto cooperação Brasil - Moçambique

Visita política - técnica da Matola a Canoas

JUNHO 2014

AGOSTO 2014

MARÇO 2015

JUNHO 2015

DESCRIÇÃO DA PARCERIA

ATORES

ENTIDADES: FNP, ANAMM, ASF, CGLU e UE.

MUNICÍPIO DE CANOAS

Prefeito Municipal:

Sr. Jairo Jorge

Secretaria de Relações Internacionais:

Deise Martins e equipa

Secretaria de Relações Institucionais:

Célio Piovesan e equipa



MUNICÍPIO DA MATOLA

Presidente do Conselho Municipal:

Sr. Calisto Cossa

Área de Cooperação:

Anselmo Soares e Beatriz Mahumane Tembe

Coordenação de OP:

Leonel Simango e equipa

METODOLOGIA DO PROCESSO DE INTERCÂMBIO:

- 1** Visita políticas entre os prefeitos
- 2** Visitas técnicas da Matola aos projetos de participação de Canoas
- 3** Visita técnica de Canoas aos bairros da Matola
- 4** Visitas e conversas com lideranças comunitárias na Matola
- 5** Capacitações realizadas por Canoas para técnicos e secretários de bairros na Matola

ENVOLVIMENTO POLÍTICO E TÉCNICO NO PROCESSO:

Compromisso político consolidado em encontro entre os dois Presidentes Municipais em junho de 2014 em Canoas. Envolvimento técnico intenso, com três missões de troca de experiências.



LIÇÕES APRENDIDAS E RESULTADOS PRINCIPAIS

LIÇÕES

- A vontade política de ambos Presidentes Municipais como fator fundamental para o êxito da cooperação.
- Percepção da grande identidade entre os municípios, coesão entre as equipes de trabalho e identificação de novas áreas de cooperação.



RESULTADOS

- Implementação da Presidência Municipal Sem Paredes (julho 2014).
- Lançamento do 1º Ciclo de OP da Matola Maiores desafios da parceria.

MAIORES DESAFIOS DA PARCERIA

- Necessidade de maior período para capacitações e trocas de experiências.
- Definição da metodologia e limitações para implementação do Orçamento Participativo na Matola, por ser uma cidade muito populosa e com 42 bairros.

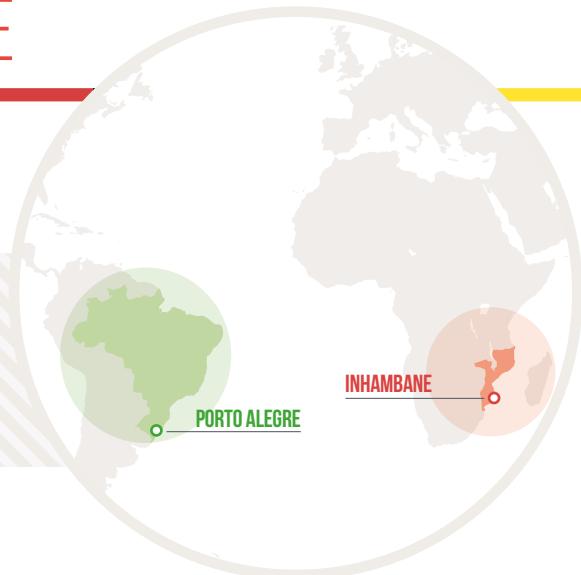


PORTO ALEGRE INHAMBALE

INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.409.351 HAB.
496,68 KM²

75.412 HAB.
192,00 KM²



Tema Principal: Orçamento Participativo e Gestão urbana

Período de intercâmbio: nov. 2012 – junho 2015

Antecedentes da parceria:

Porto Alegre teve oportunidade de debater suas práticas e refletir sobre seu processo de participação popular e regularização fundiária, temas escolhidos por Inhambane para a parceria durante uma visita apoiada pela CGLU em nov. 2012.

Objetivos e alcance:

Estabelecimento da dinâmica de debate da comunidade no processo de definição das prioridades, seguido da concretização de obras decorrentes da tomada de decisão.

Histórico da parceria:



DESCRIÇÃO DA PARCERIA

ATORES

- Técnicos brasileiros que repassaram a metodologia e a experiência de Porto Alegre
- Técnicos de Inhambane que explicitaram as suas dificuldades e realidade local
- Lideranças políticas das duas cidades
- Comunidade

ENVOLVIMENTO POLÍTICO E TÉCNICO NO PROCESSO:

Implicação política:

permite e propicia ao quadro técnico envolvido na parceria, debater os temas sem que haja a preocupação de exposição das suas práticas e experiências

Implicação técnica:

capacidade de aprendizagem que a parceria propicia, envolvimento que o processo permite e motiva a continuidade do trabalho.



LIÇÕES APRENDIDAS E RESULTADOS PRINCIPAIS

LIÇÕES

- Continuidade da troca de informações e conhecimento a distância após as oportunidades de trabalhar conjuntamente.
- A aplicação das ideias ou lições de uma cidade à outra nem sempre é possível já que cada cidade está condicionada por suas características sociais, econômicas, políticas e técnicas.
- Estes são processos que requerem tempo: não se espera que sejam incorporados imediatamente já que exigem discussões internas, avaliação de competências, consultas, recursos económicos e consenso para serem implementados.

RESULTADOS

- A cooperação contribui com valor ao OP em ambas as cidades, com resultados já evidenciados.
- Em Inhambane, com a execução de obras resultantes da priorização da comunidade.
- Em POA, com a realização de mais um ciclo de plenárias do OP, onde ocorreu a maior participação da população dos 25 anos de existência deste processo na cidade.
- Identificação de técnicos envolvidos e motivados ao desenvolvimento e compartilhamento do conhecimento.

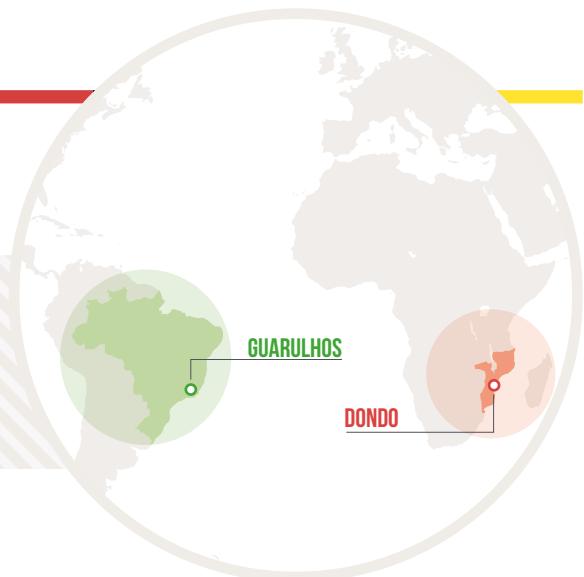


GUARULHOS DONDO

INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.312.197 HAB.
341,00 KM²

71.473 HAB.
382,00 KM²



Tema Principal: Orçamento Participativo e participação social

Período de intercâmbio: janeiro 2013 – junho 2015

Antecedentes da parceria:

Troca de experiência na área da democracia participativa, promovendo um canal de diálogo entre os técnicos com o objetivo de facilitar a troca de experiências e aprofundamento dos temas.

Objetivos e alcance:

Estimular o intercâmbio entre as cidades para fortalecimento das políticas públicas com participação social.

Histórico da parceria:

Visita técnica de
Guarulhos a Dondo

Visita
técnica e política de
Guarulhos a Dondo

Encontro e
apresentação da
parceria no Fórum
Urbano Mundial
UN-Habitat, Medellín,
Colômbia

Compartilhamento de
lições e aprendizagem
de OP em oficina com
técnicos, políticos e
líderes comunitários
na Manhiça

AGOSTO 2013

DEZEMBRO 2013

ABRIL 2014

FEVEREIRO 2015

DESCRÍÇÃO DA PARCERIA

ATORES

- Departamento do Orçamento Participativo de Guarulhos
- Departamento do Orçamento Participativo e Finanças de Dondo
- A Coordenadoria de Relações Internacionais

METODOLOGIA DO PROCESSO DE INTERCÂMBIO:

A metodologia foi desenvolvida de maneira horizontal, onde os técnicos municipais decidem, de acordo com uma dinâmica em que todos participam, construir uma agenda que seja positiva para todos os envolvidos, para que todos prestem e todos recebam cooperação (sem imposição de agenda).

ENVOLVIMENTO POLÍTICO E TÉCNICO NO PROCESSO:

Implicação política:

Autoriza seus secretários e diretores a participar de espaços como este, visando estimular o intercâmbio entre as cidades para fortalecimento das políticas públicas com participação social.

Implicação técnica:

Promove um canal de diálogo entre os técnicos com o objetivo de facilitar a troca de experiências e aprofundamento dos temas.



LIÇÕES APRENDIDAS E RESULTADOS PRINCIPAIS

RESULTADOS

- Aprimoramento das políticas públicas por meio da troca de experiências com outras cidades para buscar soluções em desafios comuns.

MAIORES DESAFIOS DA PARCERIA

- Criação de uma rotina de comunicação constante.
- Definição dos interlocutores disponíveis.
- Criação de uma cultura de cooperação internacional.

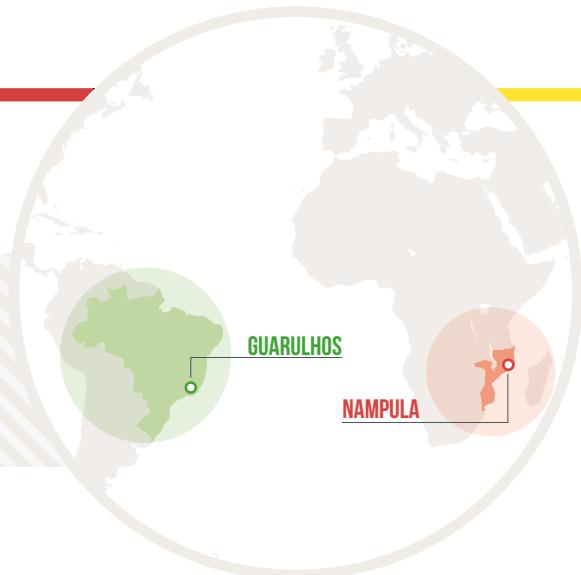


GUARULHOS NAMPULA

INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.312.197 HAB.
341,00 KM²

471.717 HAB.
404,00 KM²



Tema Principal: Planejamento Urbano e Cadastro Inclusivo

Período de intercâmbio: agosto 2013 – março 2015

Antecedentes da parceria:

Interesse de ambas as cidades, melhorar os instrumentos e práticas de planejamento urbano.

Objetivos e alcance:

Assessorar na revisão do Plano de Estruturação Urbana e na elaboração dos Planos de Pormenores para as áreas de expansão e Planos de Melhoramento dos assentamentos informais, bem como melhorar a gestão do uso do solo urbano através da implantação do Cadastro Inclusivo.

Histórico da parceria:



DESCRIÇÃO DA PARCERIA

ATORES

Além dos atores envolvidos no projeto de Cooperação Sul-Sul, a parceria de Guarulhos – Nampula contou também com a participação do Departamento de arquitetura da Universidade Lúrio em Nampula e dos Prof. Josep Maria Llop e Francesc Magrinya que contribuíram na realização de seminários e estudos para elaboração de planos urbanísticos para Nampula.

METODOLOGIA DO PROCESSO DE INTERCÂMBIO:

Utilizou-se aqui metodologias participativas para a construção das parcerias, como: Apresentações das experiências nas áreas de Planeamento físico territorial, cadastro e orçamento participativo; Realização de oficinas de planejamento, principalmente nas áreas de cadastro e planejamento territorial; Consultas e troca de documentos e arquivos; Debates e mesas redondas; Visitas técnicas a diversos Órgãos dos conselhos de Guarulhos e de Nampula; Produção de material visando a disseminação das informações obtidas no Brasil.

ENVOLVIMENTO POLÍTICO E TÉCNICO NO PROCESSO:

A parceria Guarulhos – Nampula buscou, a partir da metodologia adotada, construir um processo de participação direta não só dos técnicos envolvidos nos temas selecionados, mas também do quadro dirigente (Presidente e vereadores) do Conselho e dos seus parceiros locais, como a EDM e o FIPAG. Isto garantiu que a cooperação continuasse apesar da mudança de governo. As oficinas de planejamento contribuíram para o levantamento dos problemas e para a busca de soluções



LIÇÕES APRENDIDAS E RESULTADOS PRINCIPAIS

LIÇÕES

A cooperação tem servido para ajudar a entender um pouco mais as realidades brasileira e moçambicana. O intercâmbio contribuiu para que os técnicos dos municípios pudessem compreender como cada um tem procurado superar problemas relacionados ao Planejamento Físico e cadastro. Permitiu também a capacitação da equipe técnica e a transferência de conhecimentos.

RESULTADOS

- A baixa capacidade de investimento para concluir o levantamento cadastral e a aquisição dos equipamentos necessários para informatizar o cadastro e o planejamento físico foi superada.
- Estendeu-se a parceria com outros provedores de serviços públicos (EDM, FIPAG, outros).

- Pela primeira vez conseguimos unir a Academia, o Conselho Municipal e a Prefeitura de Guarulhos para pensar juntos, soluções para os problemas urbanos de Nampula além do interesse dos estudantes de arquitetura em desenvolver estudos e pesquisas sobre a cidade.

MAIORES DESAFIOS DA PARCERIA

Um dos principais desafios da cooperação consiste em garantir a continuidade da parceria, pois com a finalização do programa de cooperação descentralizada Sul-Sul, o risco da paralisação do projeto é real. No entanto uma das ações que estão sendo projetadas diz respeito a uma cooperação (gemelagem) entre a Pref. Guarulhos e o conselho municipal de Nampula.



VITÓRIA XAI-XAI

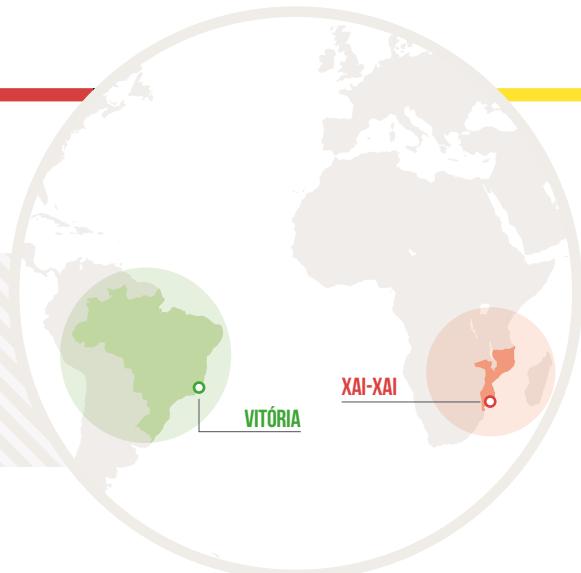
INFORMAÇÕES BÁSICAS

327.801 HAB.

98,20 KM²

123.215 HAB.

135,00 KM²



Tema Principal:

Período de intercâmbio: 2012 – 2015

Antecedentes da parceria:

2011 – Prefeitura de Vitória busca por parcerias para responder edital de Cooperação bilateral Brasil - África; Março de 2012 – Visita da delegação técnica de Vitória; Dezembro de 2012 – Assinado o termo de cooperação em Brasília.

Objetivos e alcance:

- Transferir tecnologias de forma participativa e integrada à comunidade;
- Capacitar os gestores, técnicos na elaboração participativa de planos de desenvolvimento local integrado.

Histórico da parceria:



Descrição da Parceria

ATORES

- Município de Xai-Xai; Prefeitura de Vitória; Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – INCAPER; Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia, Trabalho e Inovação;
- Universidade Federal do Espírito Santo;
- Companhia de Desenvolvimento de Vitória; ABC; FNP e ANAMM.

METODOLOGIA DO PROCESSO DE INTERCÂMBIO:

O projeto desenvolveu-se em 13 atividades vinculadas a 4 resultados:

1. Formação;
2. Projeto de um Plano de Desenvolvimento Local; Leitura; diagnósticos; participação popular; prognóstico; avaliação;
3. Capacitação dos técnicos agrícolas;
4. Divulgação de experiências e publicação.

ENVOLVIMENTO POLÍTICO E TÉCNICO NO PROCESSO:

Nesta cooperação, observou-se um forte engajamento por ambas as partes envolvidas.



LIÇÕES APRENDIDAS E RESULTADOS PRINCIPAIS

LIÇÕES

Planejamento participativo; transferência de técnicas de controle e mitigação da erosão urbana de solos; Cadastro (Estruturação de uma base de dados georeferenciada); transferência de novas técnicas agrícolas e segurança alimentar.



RESULTADOS

- A comunidade da poligonal foi capacitada em técnicas de ordenamento territorial ao mesmo tempo, reduzindo os impactos negativos sobre o ambiente.
- Os agricultores melhoraram a sua capacidade de produção e os seus rendimentos.

MAIORES DESAFIOS DA PARCERIA

- Levar o plano que está sendo construído a uma proposta concreta.
- Tentar projetar um plano estudo.



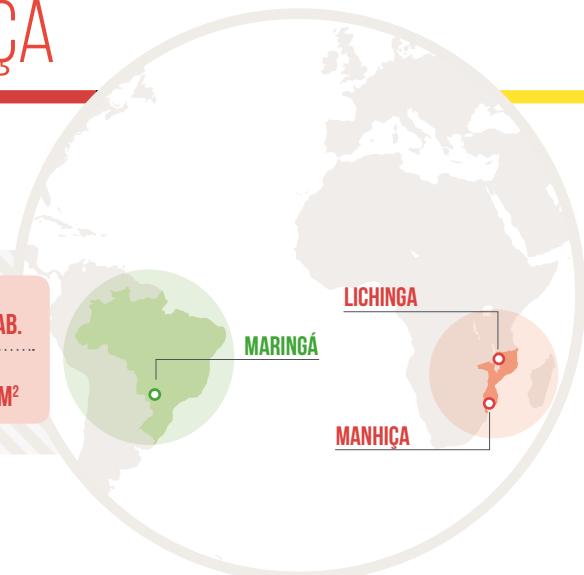
MARINGÁ LICHINGA-MANHIÇA

INFORMAÇÕES BÁSICAS

357.077 HAB.
487,05 KM²

73.350 HAB.
290,00 KM²

57.000 HAB.
406,00 KM²



Tema Principal: Cadastro Inclusivo – Multifinalitário

Período de intercâmbio: agosto 2013 – março 2015

Antecedentes da parceria:

Visita dos atores às cidades envolvidas para um primeiro contato com a realidade das cidades. Conhecimento dos equipamentos públicos, trabalho com técnicos da Prefeitura em ambiente GIS, cadastro técnico e planejamento da cidade.

Participação em eventos relacionados ao tema.

Objetivos e alcance:

Dotar os técnicos das cidades com capacidades de planejamento cadastral, uso de tecnologias GIS, e conhecer intervenções em parcelamento de solo degradado. Presenciar equipamentos públicos em uso.

Histórico da parceria:

Visita técnica de Maringá a Lichinga

Encontro em formações de Cadastro Inclusivo em Inhambane e visita técnica

Visita técnica de Lichinga e Manhiça a Maringá

Visita técnica de Lichinga, Manhiça e Maringá a Xai-Xai

AGOSTO 2013

JULHO 2014

OUTUBRO 2014

MARÇO 2015

DESCRIÇÃO DA PARCERIA

ATORES

Técnicos de Maringá, Lichinga e Manhiça e presidentes municipais das cidades

METODOLOGIA DO PROCESSO DE INTERCÂMBIO:

Nesta cooperação, a metodologia de trabalho envolveu visitas às cidades, trocas de correspondências (e-mail) e Congressos.

ENVOLVIMENTO POLÍTICO E TÉCNICO NO PROCESSO:

Disponibilização de técnicos para parcerias e trabalhos conjuntos voltados para a criação de cadastro multifinalitário a ser utilizado para tributação fiscal.

- Os presidentes municipais apoiaram a iniciativa do projeto.



LIÇÕES APRENDIDAS E RESULTADOS PRINCIPAIS

LIÇÕES

- Maringá: Melhor conhecimento dos locais para determinar ações públicas da administração;
- Lichinga e Manhiça: Conhecimento sobre como criar e dar manutenção em cadastros e interligá-los para análise e tomada de decisões foco em tributação de áreas nobres.
- Uso de tecnologias para tomada de decisão e utilização dos equipamentos públicos.



RESULTADOS

- Vice-prefeito de Maringá sugere o ensino a distância.
- Ligar o Cadastro com outras vereações.
- Treinamento e capacitação dos recursos humanos.

MAIORES DESAFIOS DA PARCERIA

- Distância entre os parceiros.
- Manter o foco nos progressos alcançados.
- Dar seguimento aos trabalhos sem o apoio das instituições atuais.
- Identificar rumos a serem tomados após colher os resultados esperados neste projeto.
- Otimizar a educação nas áreas técnicas e de nível superior.
- Acesso as tecnologias.

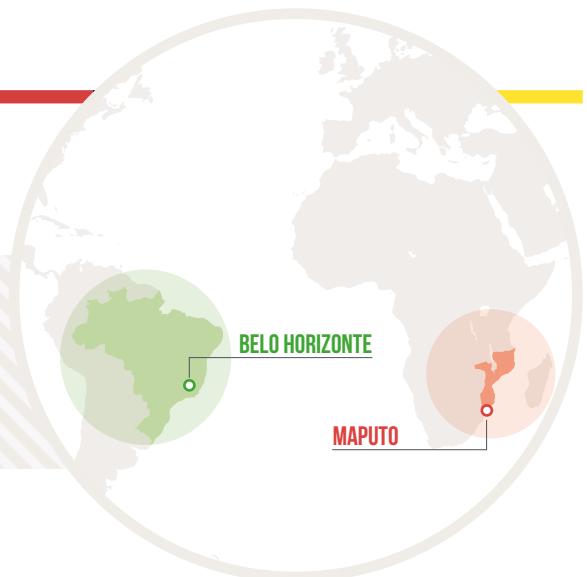


BELO HORIZONTE MAPUTO

INFORMAÇÕES BÁSICAS

2.375.151 HAB.
331,00 KM²

1.178.116 HAB.
347,00 KM²



Tema Principal: Gestão urbana e territorial

Período de intercâmbio: 2012 – março 2015

Antecedentes da parceria:

Missão de Cooperação Técnica de agosto de 2013, após identificadas **fragilidades e potencialidades** de cada um dos municípios envolvidos.

Experiência de Belo Horizonte e a necessidade do Município de Maputo em dinamizar os processos para o **melhoramento de seus Assentamentos Informais**.

Objetivos e alcance:

Contribuir no Plano de Estrutura Urbana elaborado em 2008 no município de Maputo através de metodologias integradas e participativas de intervenção em Assentamentos informais.

Histórico do Projeto:

A parceria pretende contribuir no Plano de Estrutura Urbana elaborado em 2008 no município de Maputo através de metodologias integradas e participativas em intervenção de Assentamentos informais.

Histórico da parceria:

Visita técnica
BH a Maputo

Troca de cartas
formais e identificação
dos bairros para o
desenvolvimento da
proposta do projeto.

Participação da delegação
de Maputo em formações
para intervenções em
assentamentos informais
em coordenação com o
Ministério das Cidades,
Brasil

Apresentação do projeto
desenvolvido em
conjunto
no seminário de
avaliação
Avaliação final

AGOSTO 2013

JUNHO 2014

DEZEMBRO 2014

MARÇO 2015

DESCRÍÇÃO DA PARCERIA

ATORES

Os técnicos das cidades com capacidades de planejamento.

METODOLOGIA DO PROCESSO DE INTERCÂMBIO

Intercâmbio de informações e conhecimentos sobre assentamentos informais.
Apresentação de proposta de intervenção comum.

ENVOLVIMENTO POLÍTICO E TÉCNICO NO PROCESSO

Nesta cooperação, observou-se um forte engajamento por ambas as partes envolvidas.



LIÇÕES APRENDIDAS E RESULTADOS PRINCIPAIS

LIÇÕES

Como componentes diretos foram estabelecidas três grandes linhas de ação:

- Mapeamento e caracterização para programar a intervenção em função de necessidades específicas de cada um dos assentamentos.
- Elaboração de um plano de pormenor junto com a comunidade que pudesse ser aplicado pelo município com a comunidade.
- Fortalecimento institucional.

RESULTADOS

- Projeto piloto a ser apresentado na Câmara Municipal de Maputo.
- Articulação dos instrumentos para não existir duplicidade de esforços.
- Técnicos de Maputo partilham a experiência com os técnicos de outros municípios.

MAIORES DESAFIOS DA PARCERIA

- Execução de uma estrutura coerente com a complexidade de cada um dos temas. Porém a estrutura do município de Maputo não estava preparada para receber mais um projeto com aquela quantidade de técnicos.
- Gestão de expectativas, tanto internas do município assim como das comunidades, visto que a população sempre tem grandes expectativas.
- Garantia de áreas seguras para reassentar famílias, para assegurar que a população possa participar e apropriar-se de todo o processo.
- Concepção e implementação de mecanismos que possam garantir que as operações durem o tempo necessário, e que haja sustentabilidade social, ambiental e financeira.



06

CONCLUSÕES E IMPACTO



SEM DÚVIDA ALGUMA, UM PROFUNDO CONHECIMENTO DO TERRITÓRIO E O SEU VALOR ECONÔMICO, JUNTO JUNTO COM UM PLANEJAMENTO URBANO DE QUALIDADE, BASEADO EM SEU ENTORNO POLÍTICO E INSTITUCIONAL, INTRODUZIDO DE FORMA PARTICIPATIVA COM OS ATORES LOCAIS, CONSTITUEM O EIXO CENTRAL DO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO.

Desta forma, as autoridades e administrações locais podem proporcionar respostas aos desafios de urbanização e implementar de uma maneira estratégica e prática a descentralização, com a finalidade e prática a descentralização com a finalidade de evitar e mitigar os desafios da informalidade urbana.



O projeto foi uma oportunidade para melhorar a agenda de aprendizagem entre parceiros, envolvendo, na maioria, membros africanos já ativos nesta agenda.

PARCEIROS ENVOLVENDO MAIS PARCEIROS

Os parceiros de desenvolvimento em Moçambique foram convidados para aconselhar e envolver-se no projeto. Quando o projeto começou, a Aliança de Cidades aprovou o desenvolvimento do programa oficial e participou no lançamento do projeto. UN-Habitat também foi envolvido no lançamento e mais tarde em atividades especialmente relacionadas com Nampula. A GIZ envolveu-se desde o lançamento e durante o projeto. Em particular, por possuírem técnicos conselheiros em algumas das cidades, envolveram-se e vêm apoiando à ANAMM também há muitos anos.

A ASF envolveu uma rede de voluntários que apoiou o projeto, tais como estudantes de mestrado que trabalharam em cidades, bem como o professor supervisionando os seus projetos de pesquisa.

A FNP envolveu as cidades mais ativas, incluindo as cidades de sua presidência. Ademais, foram envolvidos e contactados institutos de pesquisa como o POLIS, e o Instituto Sur-Sur.

A Universidade de Lleida/rede CIMES, associada ao projeto com a ideia de provar instrumentos como mapeamento básico e obter provas sobre as cidades especialmente intermediárias, ofereceu suporte para cidades com mapeamento e expansão, especialmente Lichinga, uma das cidades moçambicanas mais remotas. O mapeamento básico foi também testado como metodologia em Nampula e arredores e com alunos do **Unilúrio**. A Universidade de Lleida também entrou em contato com universidades brasileiras e redes acadêmicas e promoveu exemplos a serem aplicados por ONU-Habitat.

A ASF e a Universidade envolveram novos atores, tais como outra universidade (UPC) com um programa de mestrado em cooperação para o desenvolvimento. Durante o projeto, uma parceria com a Universidade Lúrio em Nampula foi desenvolvida e resultou em 2 Seminários acadêmicos sobre os tópicos do projeto.

.....

A FNP ENVOLVEU AS CIDADES MAIS ATIVAS, INCLUÍDAS AS CIDADES DE SUA PRESIDÊNCIA

CONCLUSÕES DE VALORAÇÃO DOS INSTRUMENTOS APLICADOS

A principal pressão sobre os prefeitos é prevenir e mitigar a informalidade, a pobreza e a especulação e proporcionar serviços ao povo. Isso exige instrumentos, competências e recursos. **O projeto ajudou a enfrentar os desafios e melhorar a utilização dos instrumentos e recursos.**

Planejamento Urbano

Os planos urbanos foram instrumentos de parceria ou de colaboração direta entre municípios. Muitos dos planos analisados em Moçambique indicam dificuldade de elaboração ou de implementação dos mesmos e sobretudo por deficiências nos seus conteúdos e por debilidade dos municípios, em especial no número e na capacitação dos seus técnicos. Por



Fonte: Estudo Base elaborado pela Articulação Sul, 2013, Adaptado de Erba, 2005. Tradução nossa.



A OPORTUNIDADE DO CADASTRO COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICAS TERRITORIAIS FOI EVIDENCIADA POR VÁRIOS LÍDERES E AUTORIDADES EM MOÇAMBIQUE

Outro lado, a oportunidade de melhorar os planos através de fórmulas de planejamento participativas concebe-se como um grande desafio.

Cadastro inclusivo

A valoração deste instrumento é mais relativa que direta. Ainda que os cadastros não sejam utilizados de um modo similar por ambos os países e pelos seus municípios, existe uma coerência nos tipos de categorias e nos processos, por exemplo, no de identificação e descrição do território.

A oportunidade do cadastro como instrumento de políticas territoriais foi evidenciada por vários líderes e autoridades em Moçambique. Isso não apenas inclui finalidades fiscais, como também ambientais e sociais.

Orçamento participativo

Um dos requisitos deste instrumento é o compromisso político para envolver

e tornar a informação mais clara e acessível para a população local. É necessário também conhecimento técnico e capacidade no desenvolvimento do instrumento e no seu processo de verificação. Em essência, o cadastro inclusivo unifica a democracia representativa com a democracia direta, voluntária e universal, na qual as pessoas podem discutir e deliberar sobre o orçamento e políticas públicas.

Os prefeitos supervisionam e dão espaço para que os técnicos façam o acompanhamento. Como dito pelo prefeito de Inhambane, passou a se "acreditar e confiar mais no trabalho e visões dos nossos técnicos". Dessa forma, o projeto melhorou a tomada de decisões nas cidades.

As lições brasileiras e a parceria política percebidas durante as visitas ao Brasil foram reconhecidas pelas cidades moçambicanas, o que incentivou os políticos de Moçambique a conduzir processos inovadores e participativos.

Impacto no sentido de Democratizar a cidade

O objetivo geral do projeto e das parcerias é fortalecer os processos democráticos em linha com o que se entende como "**o direito à cidade**". O foco foi, no entanto, melhorar as estruturas internas existentes para otimizar o planejamento e gestão da cidade com um enfoque inclusivo.

Neste sentido, o impulso para envolver as partes interessadas, os cidadãos e os atores críticos, sempre foi dos municípios, que poderiam escolher se queriam cooperar no planejamento de conhecimento ou na gestão dos processos políticos. No entanto, todos os instrumentos implicavam componentes técnicos e políticos, e em todas as cidades tinham a finalidade de projetar crescimento e desenvolvimento com transparência, aumentando o diálogo com a sociedade e com uma gestão inclusiva.

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES INDEPENDENTES

Após a finalização projeto, dois estudos foram conduzidos (Urban Earth e FNP - Qualimétrica) a fim de avaliar os resultados e o impacto do intercâmbio de experiências nos dois países, tomando como base a opinião de técnicos, representantes municipais, entre outros líderes e membros relevantes para o projeto. Em ambos os estudos utilizou-se uma abordagem de pesquisa qualitativa, na qual foram exploradas com profundidade a opinião e as expectativas dos envolvidos, além dos principais pontos positivos e negativos do projeto e as principais lições aprendidas.

É importante ressaltar, entretanto, que o processo de coleta de dados foi significativamente diferente entre os dois estudos. No estudo realizado pela Urban Earth foram entrevistados 9 participantes de Moçambique e 1

participante do Brasil. Já no estudo realizado pela FNP Qualimétrica, foram entrevistados 1 membro da União Europeia, 1 membro da AMB, 8 membros do Brasil e 4 membros de Moçambique. O relatório de Urban Earth analisa de maneira mais holística os projetos, incluindo não somente entrevistas in situ em cidades Moçambicanas (Matola, Inhambane), como também análises de outras parcerias coordenadas por CGLU, como entre Durban e São Paulo.

Já o relatório da FNP Qualimétrica é focado somente na experiência Brasil-Moçambique, abordando não só as visões gerais do projeto, como também a avaliação da metodologia empregada, o impacto dos aprendizados para as cidades envolvidas, o papel de diferentes agentes no projeto e seu impacto,

a possibilidade de continuidade do intercâmbio, entre outros temas.

De maneira geral, ambos estudos classificaram o projeto como bem sucedido, ressaltando elementos importantes para tal resultado, como a escolha sistemática das cidades participantes do projeto, as quais, por possuírem contextos e realidades similares, puderam intercambiar experiências de maneira frutífera para ambas. Os relatórios também caracterizaram a metodologia utilizada como muito coerente, flexível e original. Neste contexto, a integração de técnicos e representantes políticos foi vital para impulsionar a implementação do projeto dentro das instituições. Alguns trechos de entrevistas realizados pelos pesquisadores das entidades citadas ilustram tal processo de aprendizado.

“Foi uma metodologia diferente que buscou envolver cidades muito diferentes e muitas cidades. Não é simples fazer um processo de cooperação com seis cidades brasileiras e oito moçambicanas. (...) são cidades com perfis e organizações muito diferentes entre si. Então fazer o processo dessa natureza... garantir uma metodologia envolvendo tantos atores diferentes é por si só um grande desafio.”

Citação tomada de: “Avaliação do Projeto de Melhora das Capacidades de Autoridades Locais de Brasil e Moçambique como atores de cooperação descentralizada” realizada por Pesquisas Qualimetrica. (2015).

As visitas físicas (peer review) às cidades também foram considerados elementos vitais para o sucesso do projeto, visto que o contato

pessoal com os desafios enfrentados por cada município propiciou um entendimento mais profundo por parte dos visitantes, como foi o

caso da experiência de orçamento participativo entre Porto Alegre e Inhambane.

“Quando nós viajamos para Porto Alegre, não encontramos somente os funcionários para aprender sobre orçamento participativo. Nós também fomos às reuniões que Porto Alegre tinha com a comunidade e fomos capazes de compreender melhor através da experiência prática.”

Benedito Guimino, Prefeito de Inhambane.

Citação tomada de: “City to City Learning inAfrica – UCLG’s City Futures Project.” realizada por Amanda Botes da consultora urban EARTH (2015).

“<após o projeto> Parte do orçamento da cidade é administrado pela cidade. Antes nós estávamos usando uma abordagem ‘top-down’ (de cima para baixo, hierarquicamente), mas agora nós escutamos as necessidades reais da comunidade e desenvolvemos o orçamento junto com eles. (...)”

Cassimiro Majenje,

Chefe do departamento de Planejamento Urbano de Inhambane.

Citação tomada de: “City to City Learning inAfrica – UCLG’s City Futures Project.” realizada por Amanda Botes da consultora urban EARTH (2015).

“E nessa cooperação na área do orçamento participativo nós chegamos ao ponto de ter a alegria de comemorar a implantação efetiva do orçamento participativo.”

Citação tomada de: “Avaliação do Projeto de Melhora das Capacidades de Autoridades Locais de Brasil e Moçambique como atores de cooperação descentralizada” realizada por Pesquisas Qualimetrica. (2015).

A participação ativa de organizações como CGLU, FNP e ANAMM, além do envolvimento de representantes do governo e técnicos também foram

considerados elementos fundamentais para o sucesso do programa e um diferencial em relação a outras iniciativas realizadas no passado.

“(...) não fosse esse apoio institucional, nós não teríamos conseguido desenvolver esse projeto porque ele viabilizou as condições tanto do contato entre as cidades, como criar as condições institucionais, compartilhamento, como também os recursos para as viagens, os deslocamentos, as hospedagens dos nossos técnicos nesse período de trocas.”

Citação tomada de: “Avaliação do Projeto de Melhora das Capacidades de Autoridades Locais de Brasil e Moçambique como atores de cooperação descentralizada” realizada por Pesquisas Qualimetrica. (2015).

“Associações locais, como ANNAM e FNP desempenham um papel fundamental em oferecer apoio à cidades e estimulá-las a engajar-se em temas desse tipo. A ANNAM ajudou em muitas áreas, inclusive na criação das missões, ajudando a elencar prioridades e organizando questões logística, como vistos para os técnicos.”

Dionisio Cherewa, Secretario Geral- ANNAM.
Citação tomada de: “City to City Learning inAfrica – UCLG’s City Futures Project.” realizada por Amanda Botes da consultora urban EARTH (2015). Qualimetrica. (2015).



Neste projeto, destacou-se **o alto grau de coordenação, rigor técnico e escolha assertiva da metodologia e cidades participantes**. Todavia, alguns pontos também foram elencados como negativos ou preocupantes, principalmente no que diz respeito à continuidade e sustentabilidade do projeto.

Segundo o relatório da FNP, “o desejo pela continuidade é latente e ficou explícito no discurso de avaliação do projeto”, entretanto, a falta de recursos, a comunicação deficiente devido à retirada de organizações intermediadoras e outras questões logísticas podem ameaçar o progresso alcançado para ambos países.

“O desafio agora é continuar o projeto sem os recursos que nós tínhamos. Nós precisamos criar condições para que o projeto seja sustentável e nós gostaríamos que a parceria continue pois há muitas outras áreas em que podemos cooperar (...)”

Benedito Guimino, Prefeito de Inhambane.

Citação tomada de: “City to City Learning inAfrica – UCLG’s City Futures Project.” realizada por Amanda Botes da consultora urban EARTH (2015).

Neste contexto, as cidades foram alertadas sobre o apoio limitado por tratar-se de um ciclo curto de projeto. Apesar destas limitantes, há um grande compromisso político e técnico de seguir com as atividades iniciadas e buscar recursos para dar-lhes seguimento. As cidades inclusive já mencionaram iniciativas para ampliar o projeto, como (1) o desenvolvimento de curso a distância sobre gestão territorial em parceria com universidade local, (2) Desenho de softwares econômicos adaptados para realidade de Moçambique, (3) Articulação para realização de outras parcerias com outras cidades.

Finalmente, há que se destacar boas práticas e lições aprendidas a partir do projeto Brasil-Moçambique, que servem como lição para outras futuras iniciativas de cooperação: A cooperação descentralizada Sul-Sul e triangular tem um potencial muito relevante para a agenda internacional dos países. **Ao tratar-se de temas de transformação urbana, as administrações locais podem ser mais eficazes se forem envolvidos líderes e responsáveis políticos e técnicos a nível local.** É importante reconhecer suas tarefas, capacidade de gestão e seu impacto sobre a realidade urbana de cada cidade.

A metodologia ‘peer learning’ também é muito adequada, pois assegura um processo de aprendizado empírico, o que tem se mostrado ser muito eficiente, além de ser uma metodologia flexível, que molda o processo de aprendizado de acordo com a necessidade dos envolvidos. Um exemplo desta flexibilidade foi a ênfase que as cidades deram ao tema de orçamento participativo, o que ocorreu de maneira espontânea, reforçando o caráter democrático do projeto. A partilha de tais práticas possibilita líderes locais seguir por caminhos de inovação e compromisso direto com seus cidadãos.

07

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO



A COOPERAÇÃO CONTRIBUIU PARA APERFEIÇOAR CAPACIDADES INSTITUCIONAIS DE GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO DAS AUTORIDADES LOCAIS, CONSOLIDANDO-AS COMO AGENTES DE DESENVOLVIMENTO A NÍVEL LOCAL E COMO ATORES DE DESENVOLVIMENTO A NÍVEL NACIONAL E INTERNACIONAL NO ÂMBITO DA COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA SUL-SUL.

Partindo dos resultados das atividades implementadas pelas parcerias firmadas entre municípios brasileiros e moçambicanos no âmbito da Cooperação Descentralizada entre os países, é possível destacar algumas conquistas, a citar: reforço do conhecimento e capacidade das cidades no uso das ferramentas de gestão urbana: orçamento participativo, cadastro e planejamento urbano; estabelecimento de dinâmica de debate nas comunidades no processo de definição das suas prioridades; estímulo do intercâmbio entre as cidades para o fortalecimento das políticas públicas por meio da participação social; elaboração do perfil das cidades do projeto; desenvolvimento do manual de cadastro; desenvolvimento do Guião de Orçamentação Participativa com a colaboração da GIZ; estudo sobre a Função e Compreensão de Instrumentos de Planejamento (Orçamento participativo, Cadastro e Planejamento Urbano) de Cidades Intermédias Moçambicanas e Brasileiras; estabelecimento de bases para a continuidade de intercâmbio entre as

Cidades do Brasil e de Moçambique em diferentes temáticas; criação de uma rede de aprendizagem em pares (Autoridades Locais e Associações de Autoridades Locais); criação de uma rede de contatos para futuras ações de cooperação entre as cidades; e revitalização de parcerias e acordos de cooperação previamente estabelecidos entre as cidades brasileiras e moçambicanas.

Embora o projeto tenha cumprido com eficácia a premissa de contribuir para o reforço das capacidades municipais, o que se observa é a necessidade de consolidar e dar continuidade às ações que foram iniciadas e efetivar as atividades que, eventualmente, não

foram concretizadas. Durante os cerca de 30 meses, foram implementadas atividades desenhadas no âmbito das parcerias entre as cidades moçambicanas e brasileiras integradas no projeto: Maputo, Matola, Manhiça, Xai-Xai, Inhambane, Dondo, Nampula e Lichinga e do lado do Brasil Vitória, Guarulhos, Maringá, Canoas, Belo Horizonte e Porto Alegre.

No contexto das parcerias firmadas, vale destacar os resultados alcançados por binômio de cooperação. Entre Maputo e Belo Horizonte, o projeto seguiu com foco na gestão e requalificação de Assentamentos Informais e teve como resultado importantes contribuições na

DURANTE OS CERCA DE 30 MESES, FORAM IMPLEMENTADAS ATIVIDADES DESENHADAS NO ÂMBITO DAS PARCERIAS ENTRE AS CIDADES MOÇAMBICANAS E BRASILEIRAS INTEGRADAS NO PROJETO

implementação do Plano de Estrutura Urbana do município de Maputo e aplicação de metodologia integrada e participativa de intervenção em assentamentos precários. Inhambane e Porto Alegre firmaram uma parceria para melhoria no uso do Planejamento Territorial; Cadastro inclusivo; Gestão territorial, social e fiscal; e Orçamento Participativo. O estabelecimento da dinâmica de debate da comunidade no processo de definição das prioridades, seguido da concretização de obras decorrentes da tomada de decisão foram os principais resultados alcançados.

Lichinga, Manhiça e Maringá e Nampula e Guarulhos registraram conquistas no âmbito do Cadastro Inclusivo, gerando resultados em assessoria na integração do cadastro físico ao cadastro financeiro (fiscal), e implantação e atualização do cadastro inclusivo para melhorar a gestão do uso do solo. Entre Nampula e Dondo, destacam-se melhorias no Orçamento Participativo, com suporte no fortalecimento das políticas públicas de participação social.

A transferência de tecnologia de forma participativa, e a integração da comunidade e capacitação de gestores técnicos na elaboração participativa de planos de desenvolvimento local foram os principais resultados registrados no binômio de cooperação Xai Xai – Vitória. Com Matola e Canoas o que registram-se são conquistas na área de assessoria e capacitação técnica para o planejamento e no lançamento do primeiro ciclo de orçamento participativo na cidade de Matola.

Face a essa realidade de resultados expressivos, a coordenação da Cooperação tem interesse em dar continuidade ao projeto, desenhandoo uma segunda fase em que as Associações das Autoridades Locais, nomeadamente a Associação de Municípios de Moçambique (ANAMM)



e a Frente Nacional de Prefeitos (FNP), tenham um papel preponderante na implementação das ações. Isso porque, em parte, um dos objetivos do Projeto de Cooperação Brasil-Moçambique era capacitar a ANAMM e a FNP em matéria de gestão de cooperação descentralizada, pelo que as instituições representam como entidades municipalistas.

Conforme o contexto, a cooperação descentralizada é um elemento complementar fundamental à cooperação a nível estatal ou entre doador e beneficiário, quando esse último envolve temas urbanos. Tal método deve ser integrado em muitas cooperações, que tratam dos mesmos temas. Este projeto é uma excelente amostra dos pontos fortes e vantagens da cooperação descentralizada, que também funciona em âmbito triangular e a nível global (Sul-Sul). Diálogos com o Ministério das Cidades do Brasil demonstram a conformidade com os objetivos do projeto e o interesse em promocioná-lo. Também o setor privado brasileiro tem o interesse em ter um papel mais ativo, e algumas cidades seguirão explorando cooperação mediante o modelo de investimento social.

Em Moçambique, a ANAMM continua as relações de apoio e integração com as parceiras de cooperação internacional com os municípios moçambicanos.

O Orçamento Participativo, apoiado pela Cooperação Alemã e também pelo Banco Mundial, tem iniciado apoio, inclusive para as cidades que trabalham em rede. O OIDP, a rede mundial de democracia participativa associada à CGLU, é agora presidida pelo Prefeito de Matola, que abre a oportunidade de integração entre as redes e cooperação em outra escala.

No planejamento urbano, os vínculos com a ONU Habitat passaram para além do reconhecimento, especialmente em municípios ao longo do corredor de Nacala, Nampula e Tete, onde vários atores já foram articulados durante os seminários em universidades.

Para a Área de Cadastro, a ONG ASF surgiu com uma ferramenta inovadora e vários municípios irão continuar a se desenvolver nessa área. A previsão da ANAMM é encorajar cada vez mais atores. O Governo Nacional, por meio de ministérios, como o da Coordenação da Ação Ambiental (MICOA), já indicaram o seu interesse em aprofundar o uso de cadastros para uma arrecadação mais segura.

POSFÁCIO

Solidariedade a longo prazo é uma das características fundamentais da cooperação entre governos locais. O que torna esta solidariedade única é o seu caráter centrado nas pessoas. Brasil e Moçambique são testemunhos cruciais para exemplificar como a cooperação pode ser extensiva e aprofundada quando envolvem-se governos locais, os quais são o nível da administração pública mais próximo da população. Assim, não surpreende que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi o ponto de partida deste programa, já que uma das características da cooperação cidade a cidade é justamente trazer uma abordagem humana e realista ao projeto, em contraste a abordagem fria e distante da cooperação a nível nacional.

A implementação do Programa de Cooperação Descentralizada Brasil / Moçambique mostra também o valor agregado da cooperação Sul / Sul, em especial entre as cidades de países com um importante número de afrodescendentes dentro de sua população e os países africanos. A sensação de reencontro e união que esta cooperação descentralizada tem oferecido para os dois grupos protagonistas, que compartilham um contexto cultural comum (ainda que muito distantes um do outro), é um dos reflexos do notável sucesso do programa.

Os resultados deste programa de cooperação descentralizada Brasil / Moçambique também demonstram os benefícios da organização de encontros regulares entre Prefeitos latino-americanos e africanos, em particular durante eventos como “Africités”, o evento trienal emblemático dos governos locais africanos por um lado; e tangente à reunião bienal dos chefes de Estado e de Governo da América Latina e África por outro lado.

Nossa convicção em CGLU África é que o mundo tem muito a ganhar na implementação das próximas metas de desenvolvimento sustentável e na melhoria da solidariedade e da dignidade humana coletiva se aproveitaros a dinâmica formidável de irmandade e fraternidade trazidos por abordagens como parceiria cidade a cidade e a aprendizagem entre pares. Dentro da família CGLU, CLGU-A esforça-se portanto para lutar e reproduzir tais experiências em todo o continente Africano, contribuindo, assim, para a construção de um mundo melhor para todos nós.

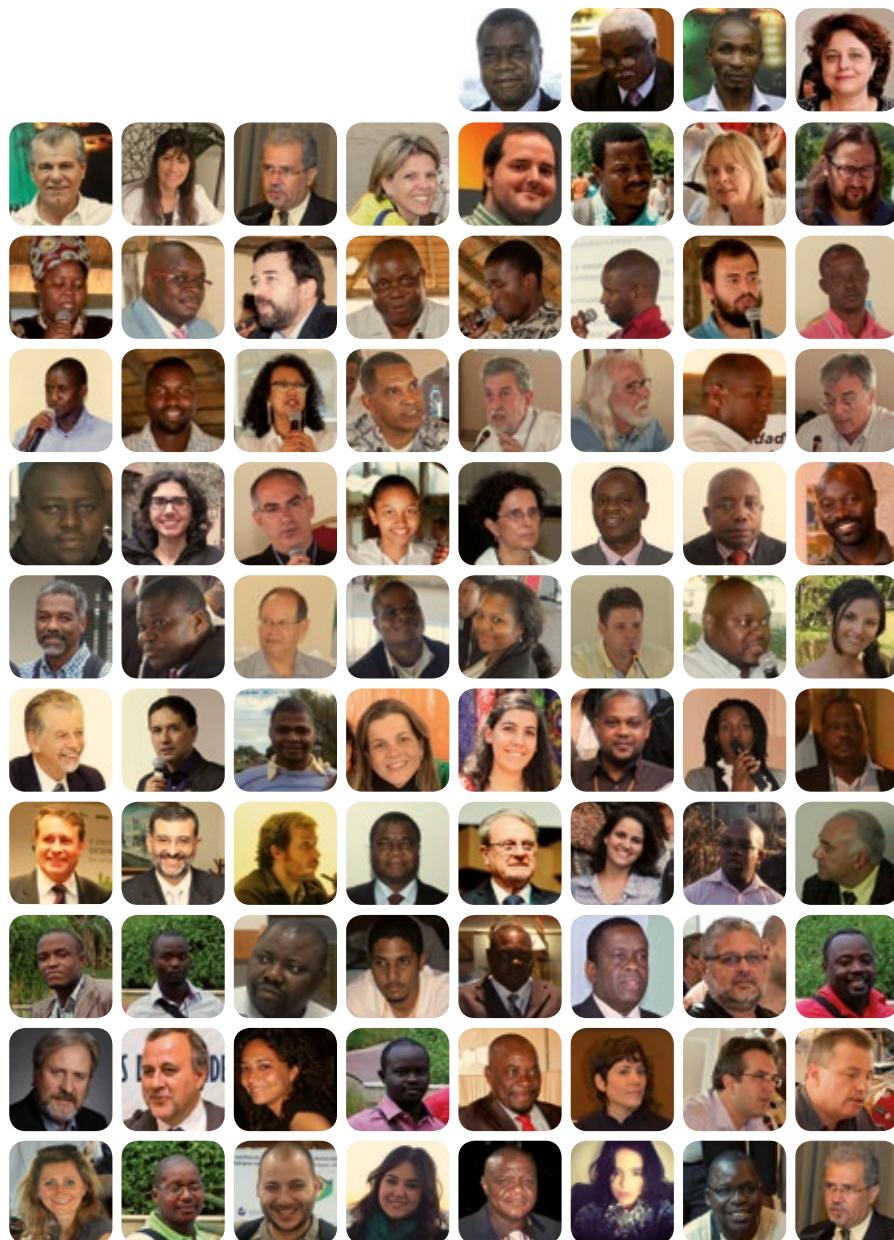
Jean Pierre Elong Mbassi
Secretario Geral, UCLG-Africa



08

AGRADECIMENTOS E COLABORADORES

Fazemos um reconhecimento especial a todos os parceiros e municípios beneficiários pelo exemplo e conhecimento disponibilizado em prol da melhoria e fortalecimento da administração municipal.





**“Se você quer ir rápido, vá sozinho.
Se quiser ir longe, vá acompanhado”**

- Provérbio africano -

CANOAS

Prefeito Jairo Jorge
Sra. Deise Martins
Sr. Celio Piovesan

PORTO ALEGRE

Prefeito Jose Fortunati
Sr. Rene Souza
Sr. Rodrigo Corradi
Sra. Maria Regina Rau

BELO HORIZONTE

Prefeito Marcio Lacerda
Sra. Maria Cristina Fonseca Magalhães
Sr. Rodrigo Oliveira
Sra. Stephania Aleixo

GUARULHOS

Prefeito Sebastião Almeida
Sra. Katia Lima
Sr. Plinio Soares
Sr. Jefferson Ribeiro
Sr. Fernando Santomauro
Sra. Elizabeth Affonso

MARINGÁ

Prefeito Carlos Pupin
Ex prefeito Silvio Barros
Sra. Celia Weffort
Sr. Nelson Pereira

VITÓRIA

Prefeito Luciano Rezende
Sr. Jose Carlos Loureiro
Sra. Airan Vescovi

FNP

Sr. Marcio Lacerda, presidente da FNP
Sr. Jose Fortunati, ex presidente da FNP
Sr. Gilberto Perre, secretario executivo
Sr. Paulo Oliveira, gestor do projeto
Sra. Silvia Toso, gestora financeira
Sra. Camilla Lisboa, estagiaria

ABM

Sr. Eduardo Tadeo

CNM

Sr. Paulo Ziulkoski
Sra. Tatiane Jesus

MINISTÉRIO DA CIDADES

Ines Magalhaes,

CONSULTORES ARTICULAÇÃO SUL SUL

Bianca Sumaya
Melissa Pomeroy
Ivone Souza

QUALIMETRICA CONSULTORES

Prof. Valdecy Leite

EUROPA



AMÉRICA LATINA

CGLU

Equipe completa do Secretariado Mundial de CGLU

Equipe de Projeto:

Sra. Sara Hoeflich, Diretora do Projeto
Sra. Alessa Bennaton, Gestora
Conhecimento do Projeto
Sra. Mariola Szek, apoio administrativo e científico
Sra. Lina Gast, suporte a edição

Estagiárias:

Ms. Tuana Neves
Ms. Thaisa Comelli
Ms. Shubhashweti Sinha

UDLLEIDA – CÁTEDRA UNESCO

Prof. Josep Maria Llop Torné, diretor
Sra. Montse Gibert, arquitecta urbanista

UPC

Sr. Francesc Magringyá
Sr. Eduard Valls

MINISTÉRIO RELAÇÕES EXTERIORES - NORUEGA

Erik Berg

UNIÃO EUROPEIA - OFICINA BRASIL

Sr. Hans Dorrestijn
Sra. Cristina Carvalho
Sr. Thierry Dudermel

ASF CATALUNYA

Sra. Ana Carolina Cortés, Arquitecta urbanista
Sr. Eduard Valls, ilustrador
Sr. Manel Rebordosa
Sra. Renata Pazero
Sr. Alber Gerard Ventura

ALIANÇA DE CIDADES

Sr. Julien Baskin

AGÊNCIA DE COOPERAÇÃO DA CIDADE DE BARCELONA

Sr. Felipe Roca, director
Sr. Jordi Cortes

ÁFRICA**MATOLA**

Presidente municipal Calisto Moisés Cossa
Sr. Beatriz Tembe
Sr. Leonel Simango
Sr. Anselmo Soares

MAPUTO

Presidente muicipal David Simango
Sra. Natacha Morais
Sr. Cesar Cuguara

DONDO

Presidente municipal Castigo Xavier Chiatar
Ex presidente municipal Manuel Cambezó
Sr. Anselmo Martins Figueira

INHAMBANE

Presidente municipal Benedito Guimino
Sr. Casimiro Jose
Sr. Ismael Valoy

MANHIÇA

Presidente municipal Luís Jossias Munguambe
Sr. Isaac Gove

LICHINGA

Presidente municipal Saide Amido

Sr. Jorge Malita
Sr. Zainadino Bacar
Sr. Julio Guilherme

NAMPULA

Presidente municipal Mahamundo Amurane
Ex presidente municipal Sr. Castro Sanfins Namuaca
Sr. Sergio Sabao
Sr. Piedoso Pamela
Sr. Luis Pereira Mussa (q.e.p.d)
Sr. Clodomiro Muimbo
Sr. Sedique
Sr. Tapuk Kara

XAI XAI

Presidente municipal Ernesto Daniel Chambisse
Sr. Justino Massingue
Sr. Arlindo Nandza
Sr. Victor Chiconela
Sr. Mauricio Mahanjane

ANAMM

Presidente Tagir Carimo prefeito do Pemba
Sr. Dionisio Cherewa, Secretario Geral
Sr. Abel Manhique
Sr. Adérito Cumbane

Sr. Pedro Laice
Sr. Victor Amade

UCLGAFRICA

Sr. Charles Patsika
Sr. Sogen Moodley, Durban MILE

UNILURIO – NAMPULA

Prof. Maurizio Berti, diretor
arquitectura
Sr. Luis Martins

UNHABITAT NAMPULA

Sr. Roberto Bernardo

GIZ MAPUTO

Cristian Kapfensteiner

ASF MOCAMBIQUE

Sra. Ana Carolina Cortés, experta expatriada
Sra. Corinne Lemire assistante fianceira

CONSULTORES COWI

Sr. Thekla Engelin
Sr. Erasmo Elias Ngachungue

URBAN EARTH, DURBAN

Sra. Amanda Botes

MILE, DURBAN

Sr. Sogen Moodley
Sr. Puven Akkiah
Sra. Carolyn Kerr

09

REFERÊNCIAS

Albina Pol, María. (2007). *Desarrollo humano y territorio: una aproximación metodológica.* (Tesis Doctoral). Alicante: Universitat d'Alacant.

Albina Pol, María. (2011). *Medición del desarrollo humano a escala territorial: metodología y su aplicación a los casos de Argentina y México.* *Economía, Sociedad y territorio*, 273-315.

ANAMM. (2009). *Perfil das primeiras 33 autarquias de Moçambique.* Maputo.

Articulação SUL. (2013). *Projeto de Capacitação Institucional e consolidação das Autoridades Locais e redes do Brasil e de Moçambique como atores de cooperação internacional descentralizada - Estudo Base.* São Paulo.

Botes, Amanda. (2015). *City to City Learnining in Africa - UCLG's City Futures Project.* Durban: urban EARTH.

COWI. (2015) *Função e Compreensão de Instrumentos de Planeamento de Cidades Intermédias Moçambicanas.* Maputo.

Ferreira, João. (2005). *A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil. Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização.* Bauru.

Instituto Nacional de Estatística - INE. (2010). *III Recenseamento geral da populaçao e habitaçao 2007 - Estatísticas Distritais.* Maputo.

Pesquisas Qualimetrica. (2015). *Avaliaçao do Projecto de Melhora das Capacidades de Autoridades Locais de Brasil e Moçambique como atores de cooperação descentralizada.* Brasilia.

United Nations Development Programme -PNUD. (2009). *Estimating sub-national human development indices in the presence of limited information: The case of Bhutan.* Colombo .

United Nations Development Programme -PNUD. (2013). *Informe sobre Desarrollo Humano 2013 - Notas Técnicas.* New York.

Rolnik, Raquel., & Klink, Jeroen. (2011). *Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias?* XIV Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro.



CRÉDITOS E AGRADECIMENTOS

Conceito e Coordenação:
Secretariado Mundial de CGLU

Contribuições:
Josep Maria Llop Torné, CIMES
Francesc Magringyá, UPC
Ana Carolina Cortés, ASF
Paulo Oliveira, FNP
Montse Gibert, CIMES
Alber Gerard Ventura, ASF

Desenho gráfico:
ggraphic.com

Fotografias:
Tuca Vieria
Mussiro Multimedia
Aguacheiro Design e Multimédia
Cooperação alemã, GIZ
Ana Carolina Cortés
Abel Manhique
Alessa Bennaton
Alber Gerard Ventura

COM APOIO FINANCEIRO DE:

